



# Anais da Assembléia

Nº 132

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE JANEIRO DE 1990

ANO XVI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 06.ª SESSÃO DE  
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 1990

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nami Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Milton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Paulo Furiatti.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/14/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO integralmente o Projeto de Lei nº 379/89, em razão de motivos expostos. A Comissão de Constituição e Justiça.

Ofício:

Gabinete  
Nº 0044

Curitiba, 11 de Janeiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para solicitar o especial obséquio de proceder à inserção na redação final do Projeto de Lei nº 02/90, encaminhado através da Mensagem 01/90, desta Procuradoria, do texto a seguir transcrito, que não constou da referida Mensagem, por erro material decorrente de falha datilográfica.

Outrossim, esclareço a Vossa Excelência que a inserção proposta refere-se aos parágrafos 1º e 2º do artigo 4º, ficando em perfeita consonância com as demais Mensagens que tratam dos reajustes dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

"Art. 4º - ...

§ 1º - Quando o IPC situar-se acima de 40% (quarenta por cento) será feita uma dedução de 15% (quinze por cento), quando for entre 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), haverá uma dedução de 10% (dez por cento), e quando for até 20% (vinte por cento), haverá uma dedução de 5% (cinco por cento).

§ 2º - O Procurador Geral de Justiça fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo."

Certo do acolhimento de Vossa Excelência reitero os protestos de estima e apreço, a par de minha pessoal consideração.

(a) LUIZ CHEMIM GUIMARÃES  
Procurador Geral de Justiça

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 409/89.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e

votação para os projetos aprovados em 3. discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 349/88.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 3147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 05/90, de autoria do Poder Executivo.

Outrossim, Requer, em atendimento ao disposto pelo parágrafo único do supra referido dispositivo, que a mesma verifique-se durante a Ordem do Dia, da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 3148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo § 2°, do artigo 113, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a marcação de Sessões Extraordinárias, para após o término da presente Sessão Ordinária, destinadas à apreciação das matérias que motivaram a convocação do presente período extraordinário de sessões legislativas.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 009/90

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam concedidos os Títulos de Cidadão Honorário do Paraná ao Senador Ronan Tito e de Cidadão Benemérito ao Senhor Francisco Cunha Pereira Filho.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, quinta, em 11.01.90

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à primeira oradora inscrita no Pequeno Expediente, Deputada Amélia Bruschka.

(Ausente).

Segundo, Lindolfo Júnior.

(Ausente).

Terceiro, José Afonso Júnior.

Com a palavra, o Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós vivemos, atualmente, uma das piores situações climáticas deste século, e infelizmente esta situação tem levado os municípios do Estado do Paraná a passarem por situações bastante aflitivas. Desta forma, venho a esta tribuna fazer um apelo veemente a todos os meus colegas Deputados, a todas as bancadas com assento nesta Assembléia, para que juntos possamos fazer alguma coisa em benefício dos municípios do Paraná, onde já é sabido, os decretos de emergência, de calamidade pública em quase todo o nosso Paraná, se não bastasse isso, vários distritos administrativos estão ilhados, o trabalhador volante passando por necessidades a ponto de até quererem saquear supermercados e comércio. Desta maneira, ainda temos o pequeno produtor que não vem sendo assistido por uma política agrícola que lhe dê alento para que ele continue plantando, e agora com as chuvas e com as enchentes, esse pequeno produtor também se encontra desamparado porque as enchentes estão acabando com suas plantações.

Não quero ser pessimista, mas tenho que deixar aqui de público a minha preocupação. O desabastecimento neste ano não é uma utopia, é uma realidade que nós temos que enfrentar. Mas o que mais me preocupa, meus colegas e minhas colegas Deputados, é que esta Casa de Leis, conhecida pelas suas decisões corajosas, conhecida porque muitos dos Senhores Deputados são oriundos do interior do Estado do Paraná, não pode deixar que um município como Wenceslau Braz, que a "Folha de Londrina" traz em sua primeira página, a situação por que passam os bóias-frias daquela cidade. Nós não podemos deixar que o Governo do Estado, por falta de recursos, não atenda a defesa civil. Nós sabemos que o nosso Governador está preocupado, está em Brasília pedindo recursos, mas eu acho que esses recursos não são suficientes, porque nós estamos na iminência da mudança de um novo Governo e os pobres, os miseráveis,

os agricultores não podem esperar mudança de Governo. A decisão tem que vir do Tesouro Estadual, uma verba do Tesouro Estadual que seja colocada à disposição da defesa civil para que ela possa, Djalma de Almeida César, Vera Agibert, colocar à disposição desses municípios, o mais rápido possível, sob pena de termos uma convulsão social em cada localidade do Paraná.

Tomo a liberdade, Senhor Presidente, de fazer um requerimento, propondo que a Casa se constitua em Comissão Geral para acompanhar as medidas de reconstrução, após as enchentes que assolaram o Paraná.

(Lê o Requerimento).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero, inicialmente, justificar a minha ausência na sessão de ontem, em função de que nós estávamos em missão na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde a Vice-Prefeita daquela cidade tem situação semelhante à nossa aqui em Curitiba: ela, Deputada Estadual, eu Deputado Estadual; ela, Vice-Prefeita da Capital, eu também Vice-Prefeito. Ela encontrou uma série de barreiras naquela cidade em função de que o Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande não pretendia permitir que ela tomasse posse, alegando que ela estava em situação irregular, e que uma vez que ela era Deputada Estadual não poderia assumir a Prefeitura. Solicitado, que fui, pela assessoria jurídica da Prefeita, nós estivemos em Campo Grande no dia de anteontem e ontem, fizemos uma exposição, levamos, inclusive, certidões aqui da Assembléia Legislativa, da Câmara Municipal de Curitiba e da própria assessoria jurídica.

Mostramos e fizemos ver de que nada impediria a Prefeita Marilu Guimarães, do PFL, de assumir a Prefeitura Municipal da cidade de Campo Grande e ontem, graças a Deus, depois de um clima bastante tenso, depois de muitas discussões, finalmente a Prefeita foi empossada no cargo de Prefeita Interina do Município, em razão de que o Prefeito está acometido de uma doença e está em tratamento em São Paulo.

Por esta razão, estivemos ausentes da sessão de ontem, mas entendemos nós que foi das mais importantes nossa presença em Campo Grande, porque fizemos valer o direito que nos possibilitou a Constituição Federal, quando diz que os atuais Deputados Estaduais e Federais, não perderão o mandato se eleitos vice-prefeitos.

Isso tem sido assim e é norma, não há nada que venha a impedir a nossa ascensão ao cargo de Prefeito, por isso esta justificativa.

Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que venho também à tribuna para prestar um gesto de solidariedade tenho certeza que com este gesto de solidariedade - quase a totalidade desta Casa, deste Plenário -, ao companheiro que nós conhecemos há muitos anos, a um jornalista de uma linha muito independente, de um homem responsável, de uma pessoa que não se deixa levar pelos apadrinhamentos ou por promessa ou por verbas oficiais, mas que procurou sempre manter a sua independência e nós temos inclusive nos espelhado na sua atuação também.

Eu falo no companheiro, jornalista, Luiz Geraldo Mazza, profissional exemplar, padrão de cultura humanística, comentarista amadurecido, líder da categoria como vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, repudiando neste manifesto da Assembléia Legislativa, já assinado por quase todos os Parlamentares e quem não assinou é porque não houve tempo, não estava na Casa ainda para apor a sua assinatura e tenho certeza que o fará ainda, assim que eu deixar a tribuna, repudiando as críticas injustas, aleivosas que lhe foram dirigidas pelo Senhor Roberto Requião e que atingiram também a respeitada e democraticamente importante instituição da imprensa.

Muitos dos signatários ao longo da sua vida pública foram alvo da crítica vigorosa de Mazza, mas todos aprendemos a enxergar nesse brilhante colunista um porta-voz insuspeito e correto da opinião pública, festejado por todos os paranaenses, justamente por sua independência e por seu desapego aos interesses materiais.

No momento em que o jornalista e a imprensa são atingidos por uma manifestação genérica e gratuita, cumpre destacar o papel fundamental que a vigilância da opinião pública exerce nos sistemas democráticos a tal ponto, Senhores Deputados, a liberdade de expressão é reconhecida pelos verdadeiros democratas, como esteio das demais liberdades que o estadista americano Thomas Jefferson proclamou: "A um governo sem imprensa, prefiro uma imprensa sem governo" e é com este pensamento que nós, Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, hipotecamos nossa irrestrita solidariedade ao companheiro, respeitado jornalista Luiz Geraldo Mazza, extensiva inclusive a todos os jornalistas e à imprensa do Paraná, porque não podemos mais aceitar este desrespeito, essas atitudes levianas, essas posições absurdas e irresponsáveis tomadas por esse homem que já passou por esta Casa, mas que

ao que tudo indica, não aprendeu a viver ainda dentro do sistema democrático e é aqui neste Parlamento, mais do que nunca, é que se aprende a viver o sistema democrático, a conviver oposição com situação, mas sempre respeitando a posição do adversário.

É nesse sentido que, também como jornalista que sou, me senti atingido e me sinto atingido, quando um companheiro de imprensa acaba sendo acusado injustamente, como é o caso do companheiro Luiz Geraldo Mazza.

Por isso venho a esta tribuna para fazer este manifesto de solidariedade, em nome da Presidência da Casa, em nome da Comissão Executiva, em nome de todas as bancadas, quero acreditar que assim entenderão os demais companheiros, porque, afinal de contas é um gesto de solidariedade que se presta não tão somente a Luiz Geraldo Mazza, mas principalmente à imprensa do Paraná, que não pode ser vítima da irresponsabilidade, que não pode ser vítima dos caprichos de um homem que não sabe viver sem a imprensa, que não sabe procurar aparecer sem gastar verbas oficiais através da imprensa.

Por isso, Senhor Presidente, fica aqui neste manifesto de solidariedade ao jornalista Luiz Geraldo Mazza, através do Parlamento desta Assembléia do Estado do Paraná, em respeito a esse companheiro atingido e de um modo geral a toda a imprensa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

A Mesa, a fim de ordenar os trabalhos, solicita às pessoas estranhas ao plenário, que aguardem nas galerias laterais.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, demais servidores públicos, dirigentes sindicais, lideranças que integram mais esta sessão Legislativa, neste período extraordinário, neste dia tão importante que nós estamos discutindo fartamente o interesse de todos os servidores públicos do Estado do Paraná, aquilo que é o principal de seu interesse, que são as matérias que estão na Ordem do Dia, que tratam das suas reposições salariais, bem como o que é mais importante do que as reposições, a política salarial que o Estado do Paraná adotará no ano de 1990.

Na primeira discussão da matéria, tive a oportunidade de trazer a esta tribuna uma avaliação para apreciação dos nobres pares que compõem este Parlamento, da política salarial adotada principalmente no ano de 1989, mas que não foi diferente du-

Curitiba, quinta, em 11.01.90

rante todo o mandato, os três anos de Sua Excelência o Governador Álvaro Dias. Disse aqui e reafirmo que o tamanho da reposição proposta na sua Mensagem, representava e representa nada mais do que o tamanho do arrocho salarial imposto por Sua Excelência o Governador no ano de 1989. Digo, nesta segunda discussão da mesma matéria, quando nós apreciamos carinhosamente o mérito, o teor das matérias e não mais a constitucionalidade da matéria em apreciação na primeira discussão. Quanto ao mérito nós temos duas considerações a tecer. Primeiro: quanto a reposição salarial de 1989, não temos nada a propor que altere a reposição. Infelizmente, o funcionalismo público do nosso Estado neste ano recebeu pagamento justo de apenas 6 meses e meio dos 12 meses que eles trabalharam. Tiveram os funcionários públicos um arrocho de quase 6 meses, trabalharam quase 6 meses de graça. Mas, isso não é mais possível corrigir, não dá mais, hoje não é mais possível nós recompormos o arrocho imposto durante o ano de 1989.

Portanto, quanto às reposições sentimo-nos na obrigação de vir a esta tribuna e anunciar que nós temos de votar favoravelmente ao índice apresentado pela Mensagem Governamental propondo uma reposição de mais de 292% para a maioria dos funcionários públicos e aqueles obviamente que obtiveram uma reposição menor durante o ano.

O que eu quero questionar aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é com relação à política salarial para o ano de 1990. Quanto a esta questão é que nós temos discordâncias, e é com o objeto dessas discordâncias que hoje nós estamos apresentando aqui algumas emendas que procurem sanar essas crateras que irão, se aprovadas, impor mais arrocho no salário do funcionalismo público no ano de 1990.

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência permite-me um aparte?  
(Assentimento).

Nobre Deputado Pedro Tonelli, é preciso que os Deputados, na sessão de hoje, atentem para um detalhe muito sério: algumas emendas estão tramitando que praticamente corrigem as distorções propostas por Sua Excelência o Governador, no que se refere à proposta salarial propriamente dita para este ano, porque se nós votamos o Projeto do Governador exatamente como está, exatamente como quer votar a bancada do PMDB, nós estaremos aplicando uma anestesia no funcionalismo público do Estado do Paraná, e muitos deles não atentaram para isso ainda. Alguns - felizmente a minoria - acham que os Deputados precisam estudar com carinho a apresentação de emendas. Mas se aprovarmos o Projeto

original como está, já no mês de fevereiro vai haver um desespero com a inflação que aí vem e com a correção que se propõe. Então, temos aí inúmeras emendas, emendas de V.Exa. que nós já vimos, apoiamos, emendas do Deputado Lindolfo Júnior, emendas do companheiro David Cheriegate, emendas inteligentes que devem ser apoiadas.

Então, eu quero dizer a V.Exa que vou apoiar suas emendas, bem como as emendas do Deputado Lindolfo e do Deputado David. Cito esses nomes porque são os autores das emendas que eu tive oportunidade de ver. E se outras estiverem tramitando nesta Casa com o mesmo sentido, nós votaremos favoravelmente também, porque se votarmos a matéria exatamente (o Deputado Nereu está propondo também emendas da mesma natureza e apoiaremos evidentemente), nós estaremos anestesiando o funcionalismo público estadual mais uma vez já que passou praticamente anestesiado o ano passado todinho.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Ferrari Júnior, e faço minhas as suas palavras, as suas preocupações porque evidentemente este é o momento para que nós façamos justiça. Se no passado não foi possível, agora que nós estamos apreciando, aprovando a política salarial que será adotada, aliás, pela primeira vez em 3 anos deste Governo, exatamente no finalzinho de Governo, no último ano, é que se traz à tribuna deste Parlamento a preocupação fundamental de 185 mil famílias, que é a política salarial prevista, discutida antecipadamente para que a gente faça uma previsão, para que os nossos servidores públicos do Estado não fiquem à mercê da sorte ou à mercê do dia seguinte, da boa vontade do Governador ou de quem quer que seja. Portanto, em boa hora nós estamos apreciando e espero, efetivamente, como disse muito bem o Deputado Ferrari Júnior e quero agradecer a sua disposição que subscreveu as emendas de minha autoria, duas emendas, que procuram sanar lacunas injustas na política salarial futura, juntamente com os Deputados: Paulino Delazeri, Raul Lopes, Valderi Vilela, Luiz Alberto Oliveira, Algaci Túlio e outros também manifestaram o seu apoio. Eu gostaria de agradecer e no espírito manifestado aqui pelo Deputado Ferrari Júnior, que vamos analisar o mérito, vamos fazer justiça aos servidores públicos, nós queremos defender neste Parlamento, uma correção necessária para a política salarial proposta por S.Exa. o Senhor Governador.

Estamos propondo uma reposição de acordo com o IPC integral mês a mês, deve ser reposta a defasagem salarial nos ven-

cimentos dos nossos servidores públicos. Queremos revogar o que está proposto na mensagem que é aquele escalonamento. Porque nós, hoje, podemos ter uma alegria de estarmos aprovando um salário justo para janeiro de 90, só que se nós vamos aprovar esta Mensagem como está, em fevereiro os nossos servidores públicos já estarão com o salário defasado em quase metade, porque se a inflação de janeiro, que não tenho dúvidas será acima de 60%, vocês verão, está aí na Mensagem que a metade dessa reposição acontecerá, simplesmente, em janeiro de 1991. Isso é uma barbaridade, isso é um crime contra o funcionalismo, isso é contra a Constituição Federal, é contra qualquer princípio de justiça que nós possamos adotar. Por isso essa é uma emenda minha, subscrita por vários Parlamentares, de vários partidos que nós queremos vê-la aprovada.

Outra emenda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, também procura suprir uma lacuna arrochante no salário do funcionalismo público. Institui o pagamento quinzenal dos vencimentos do funcionalismo. Podem estranhar, mas é mais que justo. Hoje, o grande pleito da maioria dos servidores públicos, servidores privados e de quem vende mão-de-obra é o pagamento semanal. Por quê? Porque o pagamento mensal, e os Deputados sabem muito bem disso, ele desgasta. Esperar do dia 1º ao dia 30 significa uma perda salarial de mais de 30% no valor real. Portanto é uma medida mais que justa de que nós adotemos, de que nós aprovemos a emenda que está na Mesa que foi proposta e subscrita, que requer o pagamento quinzenal, a metade do vencimento do mês até o dia 15, a outra metade até o dia 30 e cumprindo essa Constituição do Estado do Paraná que diz - que qualquer dia de atraso tem que ser corrigido de acordo com a BTN - Fiscal, a correção diária. Porque com uma inflação de mais de 50% a perda de um dia significa 2% de mais arrocho do salário - que já é pequeno - do nosso servidor público.

Concedo aparte ao Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Deputado Pedro Tonelli, V.Exa. traz a este Plenário uma discussão das mais importantes. Nós também, ilustre Deputado, concordamos com o reajuste de 292.11%. Mas é necessário que os Senhores Deputados analisem com muita atenção a política salarial que consta nesta mensagem. E eu citaria um exemplo, se o IPC de janeiro for de 52%, no reajuste de janeiro para fevereiro o funcionalismo público do Paraná não vai alcançar 10.5, perdendo somente num mês 41.5 do seu poder aquisitivo.

Portanto, por este motivo quero cum-



primentá-lo e a todos os demais Deputados que apresentaram emendas, aqueles que colocaram as suas assinaturas apoiando as nossas emendas, para que este Plenário, hoje, possa corrigir esta distorção. Possa corrigir até este calote que o Governo do Estado está dando no funcionalismo público do Estado do Paraná, aprovando estas emendas, para que o funcionalismo, que já perdeu tanto no ano passado não venha a repetir esses prejuízos no ano de 1990.

E a mim também me surpreende quando o Governo do Estado, depois de ter sacrificado o funcionalismo público durante três anos, faz este reajuste já no limiar do final da atual administração do Estado do Paraná. Mas temos, como representantes do povo, a responsabilidade de corrigir esta injustiça que se tenta fazer com o nobre quadro de funcionalismo do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço seu aparte, Deputado David Cheriegate. seu registro só vem enobrecer, enaltecer e prestigiar a preocupação que, creio eu, é majoritária entre os funcionários públicos e nós, como homens públicos, representantes do povo trabalhador do Paraná, temos que estar sensíveis. Sinto-me satisfeito em sentir presente esta preocupação em várias bancadas, em vários Parlamentares.

O SR. FERRARI JÚNIOR - V.Exa. permite-me um aparte? (Assentimento).

Eu acompanhava o pronunciamento de V.Exa. com muita atenção, o aparte do Deputado David Cheriegate também, e temos a destacar, não digo para orientação, mas para ilustração até, de que se as bancadas de oposição nesta Casa estiverem unidas nesta votação, as emendas passarão tranquilamente. Basta V.Exa. verificar a presença dos integrantes das bancadas do PDS, do PDT, do PT, do PL, do PFL, do PRN, enfim, se as bancadas de oposição estiverem unidas a favor do funcionalismo público, só a bancada do PMDB não conseguirá impedir a aprovação dessas emendas e todas serão aprovadas tranquilamente. Dependerá apenas disto.

O SR. PEDRO TONELLI - Tranquilamente. Não tenho a menor dúvida de que as bancadas de oposição e qualquer Parlamentar que compõe este Parlamento e que seja sensível às preocupações do exercício do poder público e da vida pública, não se negará a corrigir estas distorções cancerígenas na política salarial e na administração pública de nosso Estado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Concede-me um aparte?

Curitiba, quinta, em 11.01.90

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Queria trazer aqui uma preocupação, um outro registro, que é de fundamental importância neste momento. Na segunda-feira, quando iniciamos a discussão aqui neste Parlamento sobre a política salarial, que adotáramos, a política adotada pelo Governo do Paraná, eu ouvia na outra tribuna, na tribuna palaciana, na tribuna do governante, ouvia um desafio de um Parlamentar dizendo que ele gostaria de saber por que que o Partido dos Trabalhadores não adota uma política que se defende aqui, com os seus funcionários, nas suas prefeituras. Com muita honra e com muita alegria digo ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados que gostaria que estivéssemos discutindo aqui nesta tribuna políticas salariais semelhantes a que o Partido dos Trabalhadores propõe e pratica nas suas prefeituras, nos seus executivos. Porque nas políticas salariais que se discutem, onde o Partido dos Trabalhadores governa, não se discutem reposições salariais; o que se discute, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é o aumento real de salários, é isto que se discute. E o nobre Deputado que usou outra tribuna está desafiado a provar o contrário. Porque a Prefeitura que é a mais criticada do nosso Partido, que é a Prefeitura de São Paulo, em 11 meses de governo, e que é representada por Luíza Erundina, os servidores públicos municipais já tiveram 30% de ganho real. Hoje os funcionários públicos de São Paulo que ganham menos, ganham 80% do salário do DIEESE. Em São Paulo, Senhores Deputados, não se discute reposição salarial. Em São Paulo não se discute normas políticas, com uma política salarial justa para 90. Em São Paulo se discute aumento real no ganho salarial. E eu pergunto ao Deputado governista que ocupou a tribuna: onde é que está o ganho real de nossos servidores públicos do Estado? O magistério público do Paraná que há tão pouco tempo ganhava três salários-mínimos de piso, pergunto: qual é o piso do magistério público do Paraná hoje, para ver se não houve arrocho? Se não houve diminuição de ganhos?

Então é vergonhoso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estarmos aqui debatendo política-salarial para 90 e não termos aqui nada de propositura que, efetivamente, conceda um ganho real, um pequeno aumento de 1% no ganho real nos salários do nosso funcionalismo público do Estado.

Toda vez que se discute salários do funcionalismo público a desculpa é sempre a mesma, a desculpa é a arrecadação. Dizem que a arrecadação não comporta a folha de pagamento.

Pergunto, Senhores Deputados: será que

Curitiba, quinta, em 11.01.90

o que foi publicado na imprensa de ontem é mentira? Será que as palavras do Secretário da Fazenda são mentirosas? Sua Excelência o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná declarou ao Jornal "Indústria e Comércio", em 10 de janeiro de 1990, que em 1989 a arrecadação do Estado do Paraná cresceu 17,62% de ganhos reais; isto é, NCz\$ 4,3 bilhões de ganhos reais na arrecadação do Estado do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente, quem de hoje em diante falar que a arrecadação não comporta um aumento real no vencimento do funcionalismo público, é mentiroso! Por quê?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - V.Exa. concede-me um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Porque o que está escrito e o que está declarado pelo Governo é que a arrecadação está tendo um desempenho positivo, e simplesmente em 89, teve um ganho real de 17,62%.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é lamentável, que com uma arrecadação, com um desempenho positivo, nós estejamos aqui, discutindo política salarial, sem colocarmos nenhuma proposta de iniciativa do Poder Executivo, é óbvio, nenhuma proposta que dê um pequeno aumento real nos vencimentos dos nossos servidores públicos.

Com muito prazer eu concedo um aparte ao nobre Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Meu caro Deputado Pedro Tonelli, tenho acompanhado durante esses três anos, a luta de V.Exa., o empenho de V.Exa, no sentido da valorização do funcionário público do nosso Estado. V.Exa sabe, que nós já estivemos na bancada do PMDB, mas lá também mantivemos sempre a nossa postura de independência, de coragem, de coerência.

Eu gostaria de me associar ao discurso de V.Exa, em muitos pontos. Num eles eu gostaria de chamar a atenção ao Líder do Governo, ordem quando na oportunidade, fazíamos o discurso, alertando para a taxa de segurança, que ia subir de forma exorbitante, tivemos somente o nosso voto contrário à taxa de segurança. E vale lembrar, hoje, a carteira de identidade, a cédula de identidade, teve um aumento Deputado Pedro Tonelli, de 3 mil por cento. Os funcionários que trabalham nesse setor, que trabalham no Detran, eles estavam satisfeitos com esse aumento, porque diziam que pelo aumento que o Governo conseguiu através da taxa de segurança, é que conseguiriam um aumento real, um ganho real para o funcionalismo público do Paraná. Um grande engôdo, como infelizmente tudo, hoje em dia, tem sido um grande engodo, sal-

vo raríssimas exceções. Nós continuaremos a nossa luta, Vossa Excelência sabe que nós apresentamos o projeto em outubro do ano passado, propondo reajuste mensal para o funcionalismo público do Paraná, não obtivemos êxito, fomos derrotados por apenas dois votos. Mas o funcionalismo público do Paraná sabe disso. Hoje nós apresentamos uma outra proposta, votarei com Vossa Excelência, no IPC integral, votarei no aumento quinzenal.

Gostaria de parabenizar também o aparte do companheiro do Maringá, Deputado Ferrari Júnior, pela sua brilhante explanação no discursos de Vossa Excelência, e tenha a certeza, Deputado Pedro Tonelli, se não conseguirmos os cem por cento, nada mais coerente do que darmos ao servidor público do Paraná, aquilo que ganha o servidor da União. o servidor federal, ou seja, noventa e cinco por cento do IPC e ao final do trimestre, nós, respeitando a Lei Federal 7830, que concede garantia ao servidor público federal, possamos também ter esta valorização ao servidor público paranaense.

É preciso que a consciência dos administradores públicos mudem, é preciso que os governantes municipais, estaduais e o Governo Federal, no Congresso Nacional, tenha consciência de que não somente aqueles que exercem mandatos eletivos prestam serviço à nossa gente, mas o professorado, que ensinou Vossa Excelência a escrever, e que hoje está esquecido, que me ensinou, que passei por uma Universidade Estadual de Maringá, que chamei a atenção aqui nesta tribuna sobre o Polieletrólito, sobre esta conquista, onde nós diminuiremos sensivelmente os casos de câncer já que é importado o Polieletrólito em nosso País, é um elemento químico, por isso, cancerígeno, a Universidade de Maringá consegue depois de doze anos, e o Deputado Ferrari sabe disso, de pesquisas, sim, pessoas lá no anonimato conseguem descobrir através do cactus lá no Nordeste, uma planta para sanar esse tipo de problema.

Parabéns, Vossa Excelência, pelo pronunciamento e mais tarde faremos o nosso pronunciamento a respeito da valorização dos funcionários públicos.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço, nobre Deputado Lindolfo Júnior, e Vossa Excelência lembra muito bem que só vem a elucidar e a engrandecer a nossa preocupação nesse momento de grande interesse para os servidores públicos, que a política salarial do Senhor Álvaro Dias deve estar envergonhada diante da política, já condenada, do Presidente José Sarney, que através de medida provisória está propondo uma reposição de 95% do IPC.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores

Deputados, concluo este pronunciamento, neste dia, apelando mais uma vez à sensibilidade de todos os Parlamentares, de todos os Partidos, em nome de grande parte dos trabalhadores que constróem este Paraná, que fazem funcionar este Poder Público, espero ver aprovadas, aqui, estas duas emendas apresentadas por um grupo de Parlamentares de várias bancadas e outras que tomaremos conhecimento, e que são de interesse dos servidores públicos, espero que as distorções propostas na Mensagem Governamental, elas efetivamente sejam acatáveis, sejam reconhecidas e sejam aprovadas por este Parlamento como uma medida de justiça, uma medida de compreensão para aqueles que nós tanto precisamos, para que o serviço público seja um serviço eficiente.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, agradeço a atenção e a compreensão. Temos que estar atentos para que essas distorções sejam corrigidas neste momento, porque é o momento em que este Parlamento não pode abrir mão desta prerrogativa, que é a de fazer uma lei, estabelecer uma política salarial condizente com a possibilidade e com as necessidades dos nossos servidores públicos.

Era isso, Senhor Presidente. Era isso, Senhores Deputados.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PMB se deseja fazer uso do seu horário.

(Declina).

Consulta à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL se deseja fazer uso do seu horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Lê): "Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Em 1989 o guardião, o goleiro Roberto Rojas tentou se apropriar dos dois pontos do selecionado verde-amarelo. A farsa ficou comprovada e a nossa equipe saiu vitoriosa.

O Governo do Estado inicia o ano propondo uma política salarial pela qual a reposição de 1990 será paga com a reposição de 1989.

O anteprojeto de lei foi encaminhado a esta Casa através da Mensagem nº 03/90, foi habilmente elaborado, contendo um jogo de números digno do sempre lembrado mestre Malba Tahan.

Curitiba, quinta, em 11.01.90

Aparentemente, Senhores Deputados, além de zerar o residual do IPC até o mês de dezembro de 1989, estabelece uma política salarial para o exercício de 1990.

Lendo atentamente o referido plano de lei, em particular o seu artio 8º, que nós já chamamos atenção no nosso primeiro pronunciamento nesta Casa, chegaremos a conclusão de que parte DAS REPOSIÇÕES DE 1990 SERÃO PAGAS COM A PRÓPRIA REPOSIÇÃO DE 1989.

O que está sendo proposto é o seguinte:

1) em janeiro, será paga a reposição residual de 1989, no percentual de 292,11%;

2) em fevereiro, tomando por base uma inflação de 60%, o Governo tomará emprestado 137,23% da reposição de janeiro, para pagar os vencimentos do mês (o reajuste será de apenas 15%);

3) em março, se houver uma inflação de 40%, a reposição será de apenas 30%, sendo tomado emprestado mais 10% da reposição devida;

4) para manter sua promessa de vencimentos justos e atualizados, em abril o IPC de março será pago integralmente, com a devolução dos 10% emprestados do mês anterior, ficando pendente os 45% tomados por empréstimo em janeiro.

Nos demais meses, teremos o seguinte quadro:

5 e 6) o Governo, nos meses de maio e junho continuará devendo os 45% tomados em janeiro e ficará com 5% a 15% do IPC desses meses;

7) em julho, devolverá os percentuais do IPC tomados em abril e maio e pagará o de junho integral;

8) em agosto, será paga a primeira parcela do empréstimo feito em janeiro, no valor de 15%, acrescida de parte do IPC de julho. Mas, como se trata do mês do desgosto, será feito novo empréstimo no percentual de 5% a 15% do IPC de julho;

9) em setembro, o Governo tomará emprestado o mesmo percentual do IPC de agosto;

10) em outubro, devolverá o que tomou em julho e agosto e pagará o IPC de setembro;

11 e 12) terminará o ano devendo os percentuais de 5% a 15% da variação do IPC de novembro e dezembro.

Finalmente, em janeiro de 1991, devolverá os 30% tomados no primeiro mês do ano anterior.

Evidentemente, os percentuais tomados por empréstimo não serão devolvidos com juros e correção monetária. A propósito, o EMPRÉSTIMO É COMPULSÓRIO.

Para arrematar, o plano de lei é omisso quanto à reposição do que será tomado por empréstimo nos meses de novembro e de-



zembro.

Lembramos a Vossas Excelências, que o percentual hipotético de 60% em janeiro já é quase um fato concreto.

Lembramos, também, que o residual de 45% que será rolando até os meses de agosto do corrente ano e janeiro de 1991, representa nada menos do que 117,63% dos 292,11% que estão sendo pagos agora em janeiro.

Alertamos, novamente, que o piso salarial do Professor, caso do IPC de janeiro se confirme em 60%, cairá, já no próximo mês para apenas 1,27 salários-mínimos, podendo chegar à terça parte do que lhe estava assegurado, por lei, no início do Governo.

Por tais motivos, estamos propondo emenda ao artigo 8º, estabelecendo uma política salarial nos moldes da que está sendo adotada pelo Governo Federal, com reposição mensal de 95% do IPC e integralização trimestral dos resíduos. Essa é a nossa posição."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta à Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando à Mesa hoje um requerimento encaminhado ao Procurador Geral da Justiça para que nos faça uma análise jurídica em função da situação e que vivem hoje os funcionários contratados para o Projeto Paraná-Rural que, segundo eles, está morrendo.

Diz o requerimento:

(Lê): "O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio ao Senhor Procurador-Geral da Justiça, de matéria para análise jurídica.

Quer o Parlamentar subscrito, através do presente, conhecer o parecer do douto Representante do Ministério Público, sobre a perspectiva de demissão sumária de 867 funcionários públicos envolvidos no programa PARANÁ-RURAL, contratadas por instituições do Governo Estadual como IAPAR, EMATER, ITCF, COPASA, etc, por razões alegadas como puramente "burocráticas".

Tais contratações foram procedidas da forma mais lícita possível, seja através de editais de concurso, divulgados pela imprensa do Estado, endereçados a pesquisadores, extensionistas e demais técnicos

da área de agricultura que, após a realização das provas e entrevistas, demonstraram sua competência para participar do Projeto.

Tais cidadãos, deixaram, portanto, suas antigas colocações profissionais para dedicação exclusiva ao programa PARANÁ-RURAL da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e hoje, na expectativa da perda da colocação em que se encontram, vivem clima de intensa intranquilidade.

"O governo acena com uma reversão parcial das demissões, recontratando parte dos funcionários, supostamente até o próximo mês de março. Esse aparente recuo se deve, principalmente, ao fato de as demissões serem ilegais frente à Lei Eleitoral que impede dispensas e demissões até a posse do novo Presidente. Este fato no entanto, só vai adiar o problema e, talvez, enganar o Banco (BIRD) por mais alguns dias, já que a perda de credibilidade permanece a mesma". - diz o texto em anexo.

O projeto em alusão é financiado pelo BIRD e BID, que pagaram a metade dos salários da equipe de profissionais contratada durante seis meses, tempo utilizado principalmente para treinar os técnicos e demais funcionários, e, quando os mesmos deveriam iniciar realmente suas atividades, já treinados, o Governo os demite. Dessa forma, todo o dinheiro do Estado e do Banco - utilizado no pagamento dos salários - foi inútil.

Como pode-se ver, claramente, as demissões de tais profissionais, exatamente no momento em que começariam a operar efetivamente no projeto, após o prazo de treinamento pago parcialmente pelo BIRD, reflete uma inadimplência do Estado do Paraná com os agentes financiadores do Projeto PARANÁ-RURAL, colocando em posição desfavorável, inclusive, o Paraná que necessita dos investimentos dessas entidades financeiras para o seu desenvolvimento.

Como depreende-se do fato, está em jogo a situação de 867 famílias de funcionários da Secretaria do Estado da Agricultura que, embora admitidas através de concurso de provas e títulos - como afirma o sindicato da categoria - estariam próximas da demissão sumária.

Ainda em posição desconfortável, todos os paranaenses que, com seus impostos, pagam a manutenção da máquina estatal e pagaram, também, a metade dos salários de tais funcionários por seis meses, a fim de que fossem treinados para, apenas depois, reverter isso em favor da comunidade do Paraná.

Trata-se da defesa, portanto, de interesses de toda a sociedade paranaense e de cada um dos 867 funcionários mantidos na expectativa da demissão, gerando um clima de insustentável e cruel intranquilidade.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento e Pesquisa do Paraná; Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento e Pesquisa de Londrina e Sindicato dos Engenheiros de Londrina".

**"O PARANÁ-RURAL ESTÁ MORRENDO.  
QUEM PAGA A CONTA?"**

Desde o início do atual Governo, o Paraná-Rural foi divulgado junto à população paranaense e em rede nacional como carro-chefe da atuação estadual no setor agrícola.

Elaborado graças à competência técnica adquirida e acumulada durante longos anos por pesquisadores, extensionistas e demais funcionários da SEAB e suas vinculadas, foi considerado pelo BIRD e BID como um modelo de projeto na área de manejo de solo e preservação do meio ambiente e desenvolvimento rural integrado.

Nas análises feitas pelos bancos financiadores e, especialmente pelo BIRD, sempre ficou clara a correlação entre a competência e dedicação da equipe técnica, a qualidade do projeto elaborado e, principalmente, a probabilidade de sucesso do mesmo.

Hoje, esse projeto tão alardeado junto às prefeituras e às sociedades paranaense e nacional, através de caríssimas campanhas promocionais nos jornais e televisões do Paraná, está sendo golpeado fatalmente por decisão inexplicável do Governo Estadual.

Para sobre os funcionários contratados para a execução do Projeto, a perspectiva de demissão sumária.

Essas pessoas - técnicos e pessoal de apoio - foram enganados através de editais de concursos divulgados pela imprensa em meados de 1989 e, após se submeterem a provas e entrevistas, demonstraram sua competência para participar do Projeto, sendo contratadas por instituições do Governo Estadual como IAPAR, EMATER, ITCF, COPASA etc.

Se tudo foi feito claramente e - fato raro no setor público do Brasil, através de concurso, por que essas demissões?

Acontece, que por motivos burocráticos, a contratação foi feita "por termo determinado" até 31.12.89. De nada valeram informações dadas a todos os candidatos que os contratos seriam prorrogados a partir de janeiro de 90. De nada vale também a duração do próprio projeto financiado pelo BIRD que é de 9 anos...

A persistir a estranha decisão do Governo Estadual teremos 867 pessoas afetadas, pessoas essas que deixaram, a 6 meses atrás, seus empregos, confiando em que o Governo paranaense era sério e honesto. Hoje, todos já podem fazer um juízo mais

Curitiba, quinta, em 11.01.90

correto sobre o tipo de homens que governam o Paraná.

Com esse estranho ato de "alta competência administrativa" o Paraná-Rural praticamente desaparece para todos os efeitos. É claro que o Governo Estadual tentará encobrir os fatos dizendo que vão ser feitos "remanejamentos", que serão contratados "alguns" técnicos, que tudo continua. Tudo isso, é claro, com um grande investimento em matéria paga na imprensa.

Como esse Governo está no fim, os enormes prejuízos em termos financeiros e de credibilidade nacional e internacional serão pagos politicamente pelos governos futuros e, de fato, por toda população paranaense.

O Governo acena com uma reversão parcial das demissões recontratando parte dos funcionários, supostamente até o próximo mês de março. Esse aparente recuo se deve, principalmente, ao fato das demissões serem legais frente à lei eleitoral que impede dispensas e demissões até a posse do novo Presidente. Este fato, no entanto, só vai adiar o problema e, talvez, enganar o Banco por mais alguns dias, já que a perda de credibilidade permanece a mesma.

Os funcionários enganados, mesmo que contratados, não mais acreditam na seriedade e honestidade desse Governo e, assim, vão rapidamente procurar outro emprego ou, pelo menos, trabalhar com menor empenho. Os que não forem recontratados, certamente entrarão na justiça e terão seus direitos assegurados, embora com isso acarretem custos adicionais para o Estado e, por conseguinte, para o contribuinte.

As entidades públicas estaduais, inoportunamente envolvidas nessa farsa - IAPAR, EMATER, ITCF etc. - dificilmente resgatarão sua credibilidade junto a seus funcionários e à comunidade em geral. Uma entidade de pesquisa, como o IAPAR, levará anos para conseguir técnicos de alta competência, que sempre terão receio de deixar seus empregos para trabalhar numa instituição que não pode cumprir - ainda que involuntariamente - suas promessas.

Os bancos internacionais - como o BIRD e o BID dificilmente voltarão a negociar com o Paraná, independentemente do governador que estiver de plantão no momento. Para os bancos, o que houve foi uma quebra de contrato. O Governo Estadual "fingiu" que contratava uma equipe para atuar no projeto, o BIRD pagou metade dos salários desta equipe durante seis meses, tempo utilizado principalmente para treinar os técnicos e demais funcionários, e, quando os mesmos deveriam iniciar realmente suas atividades, já treinados, o Governo os demite. Dessa forma, todo o dinheiro - do Estado e do Banco - utilizado no pagamento dos salários foi inútil. Caso sejam

contratados novos funcionários, o problema do treinamento recomeça, agravado pelo fato de que a insegurança e falta de credibilidade vai afastar, sem dúvida, os técnicos mais qualificados.

Fica, nesse lamentável episódio, a questão: quem paga a conta dessa decisão incompetente?

Como sempre, não é quem a tomou. A sociedade paranaense como um todo é que vai arcar com as consequências de mais esta decisão que compromete o setor público do Estado, freqüentemente vilependiado pelos próprios governantes que deveriam defendê-lo.

A sociedade paga a conta diretamente através do dinheiro jogado fora na brincadeira de enganar o Banco, contratando e depois demitindo. Paga a conta, arcando com a dívida junto ao Banco, sem receber em troca nível compatível de serviços. Paga a conta da propaganda que o governo vinha fazendo e vai ter que intensificar para "provar", para a sociedade e para o Banco, que o Paraná-Rural continua funcionando...

Paga a conta, finalmente, ao ver as instituições estatais do Paraná serem descredenciadas, seus funcionários destruídos, sua capacidade de trabalho reduzida, ou seja, todo o patrimônio formado ao longo dos anos, à custa do dinheiro do contribuinte e da dedicação dos funcionários, transformado em brinquedo de decisões incompetentes e mal explicadas.

A esses governantes fica o alerta: mesmo que o povo como um todo não consiga, hoje, visualizar o crime que está sendo cometido, em função da torrente de propaganda utilizada para enganá-lo, a história e o futuro cobrarão deles essa malversação do patrimônio público.

É necessário lembrar: eles podem enganar o povo durante algum tempo e parte do povo todo o tempo, mas chegará o dia em que a mentira virá a todos e o povo não mais será enganado...

SINDASPP - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento e Pesquisa do Paraná.

SINDASPEL - Sindicato dos Empregados e Empresas de Assessoramento e Pesquisa de Londrina.

SENGE-LD - Sindicato dos Engenheiros de Londrina".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PTB.

(Declina).

PTN com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

(Declina).

Havendo declinado, PRP com a palavra.

(Declina).

PSDB com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 409/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 409/89, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre as eleições destinadas à formação de lista tripartite para a escolha e nomeação do PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 409/89

Inclua-se no Art. 3º o seguinte parágrafo, reenumerando-os:

Art. 3º - ...

§... - Os ocupantes dos cargos de Procurador Geral de Justiça, Corregedor Geral e os integrantes do Conselho Superior, para concorrer à eleição, deverão se afastar das respectivas funções até 30 (trinta) dias antes da data fixada para a mesma.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Nelson Vasconcellos, Haroldo Rodrigues Ferreira, Raul Lopes e 01 ilegível.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Qual é o projeto Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 409, regulamenta a eleição no Tribunal, na Procuradoria.

Emenda do Deputado Nereu Carlos Massignan, que fixa as normas de desincompatibilização. Em discussão. Em votação.

Aprovado.

A mesa vai fazer uma consulta aos Senhores Deputados. Há inúmeras emendas em todos os Projetos de aumento do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas, da Assembléia; são inúmeras emendas e quer me parecer que de difícil análise tão assim repentinamente. Consulto se a Assembléia pode suspender a sessão por trinta minutos, até que o nosso serviço gráfico possa publicar todas as emendas e encaminhar aos Senhores Deputados. A Mesa...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) -

Realmente, Senhor Presidente, estou verificando que são emendas, as mais sérias possíveis e que envolvem diversos aspectos das finanças públicas. Eu faria ainda um apelo a mais a Vossa Excelência, no sentido de que essas emendas pudessem retornar a uma Comissão especial, que fosse feita ainda hoje com a participação de todos os Parlamentares e que nós transformemos esta sessão plenária numa sessão de comissão, por um prazo de duas horas, três horas e voltemos a discutir o assunto a partir das 16:00 ou das 17:00 horas; Vossa Excelência convocaria uma sessão plenária para às 18:00 horas, de tal sorte Senhor Presidente, que todos os Parlamentares teriam a possibilidade de se interar e de debater exaustivamente as propostas encaminhadas, de tal sorte que esta Casa, que é uma Casa política, possa conciliar os interesses da sociedade civil, representada pelos seus servidores e dos homens que ocupam o Poder do Estado nesse momento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, a bancada do PMDB sugere a votação imediata dessas matérias, levando em consideração que a Mensagem já chegou a esta Casa há alguns dias, as emendas foram exaustivamente discutidas entre os Senhores Parlamentares, as lideranças estão acompanhando a apresentação das emendas junto à Mesa. Portanto, nós achamos conveniente Senhor Presidente, sugerimos e solicitamos o acatamento dos demais Pares desta Casa, para que tanto a Mensagem, como as emendas, sejam votadas incontinenti, sem prejuízo do andamento de outra sessão, que deverá ser convocada a seguir por Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - A ban-

cada do Partido dos Trabalhadores considera o procedimento da Mesa correto, medida plausível, que se dê conhecimento prévio a todos os Parlamentares às matérias que serão votadas. Nós apoiamos a iniciativa da Mesa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente, eu também concordo com a propositura ou com a sugestão do Deputado Luiz Alberto Oliveira para que se constitua uma comissão ou que os Deputados todos se reúnam até às 17:00 horas, horário que Vossa Excelência determinar para que se conheça cada emenda. Estamos votando mensagem que importam toda receita do Estado. Segundo o Governador do Estado, e ontem declarou Sua Excelência que a Receita do ICM não basta para pagar a folha de janeiro e fevereiro. Nós não podemos votar aqui emendas que alterem tais mensagens dessa reposição sem conhecer as emendas, sem que elas tenham sido distribuídas, e Vossa Excelência pondera perfeitamente e oportunamente, que nós conheçamos para que se possa discutir a nível de Bancada, entre companheiros ou de todas as bancadas, pela relevância das matérias. Eu concordo plenamente com a colocação de Vossa Excelência e a proposta do Deputado Luiz Alberto.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente, em função do grande número de emendas, e o que elas representam ao funcionalismo público e ao Orçamento do Estado do Paraná, propomos que durante essas sessões ainda sejam convocados o Secretário da Administração para poder analisar em conjunto com os Deputados quais as emendas que teriam a concordância do Governo do Estado e o Secretário de Finanças também.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente, complementando a proposta da Presidência, do Deputado Luiz Alberto, do Deputado Basílio, eu gostaria de sugerir à Mesa que se usasse um instrumento regimental já em vigor no Congresso Nacional, que se reunisse o colégio de líderes da Assembléia que representam todos os partidos e fizesse essa análise, concedendo-se então a esse colegiado de líderes para proceder à análise das emendas um prazo razoável que a própria Mesa poderia definir. Esse procedimento já existe no Congresso Nacional e nós poderemos adotá-lo aqui como norma de comportamento para essa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

vai proceder à votação de outras matérias não polêmicas e aí passará a dar sua decisão sobre as solicitações e opiniões dos Senhores Deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - As matérias não polêmicas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim. Solicito às pessoas estranhas ao plenário que por obséquio aguardem nas gale-

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 371/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem 114/89), que dispõe sobre modificações na carreira de Procurador do Estado. Em PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para discutir, com a palavra o Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu gostaria que o ilustre Deputado Caíto Quintana, autor de duas emendas em relação a esse Projeto, que implica numa interpretação, até me parece constitucional, eu não tive oportunidade de ler com muita atenção e fazer análise mais aprofundada no aspecto jurídico-constitucional das emendas do ilustre Deputado relator da Constituinte, Caíto Quintana, razão por que gostaria, não ferindo a ética profissional deste Parlamentar, nobre Deputado Caíto Quintana, que Vossa Excelência com toda a experiência que adquiriu como relator da Constituinte e como proponente das emendas, que abordasse as razões da emenda para que nós possamos até ganhar tempo com as argumentações que sei, sobejamente fundamentadas no conhecimento jurídico de Vossa Excelência e nós ganharíamos tempo porque eu me furtaria, então, de discuti-las e ficar aí, fazendo análises à interpretação da Constituição que nós mesmos elaboramos no dia 05 de outubro passado. Eu ficaria grato a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, eu pretendo ser rápido na exposição das razões das emendas.

Confesso nesta Casa ter percebido acontecer, neste momento, um ato de rara inteligência política de um Parlamentar que escusa-se por não faltar com a ética, em contrapartida me coloca na situação de expor as razões das emendas. Parabéns, Deputado Nereu, foi muito inteligente da sua parte.

Mas, Deputado Nereu Massignan, quando fizemos a subscrição de duas emendas supressivas ao Projeto n° 371/89, uma delas referente ao seu artigo 3°, onde fixa quarenta horas semanais à jornada de trabalho

dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, e nós entramos com uma emenda supressiva nesse sentido, tínhamos e temos a visão de que há uma atuação "sui generis" sempre na carreira do advogado, e o Procurador do Estado não é nada menos do que um advogado do Estado que trabalha muito mais por tarefa do que por hora, por carga horária. Em determinados momentos, na defesa de um interesse do Estado, o procurador vai se debruçar sobre a sua defesa, sobre a sua argumentação, vai extrapolar horários, vai passar fins de semanas, vai fazer consultas, vai procurar instruir a defesa que, naquele instante, ele está fazendo em nome do Estado como seu procurador. Não está restrito a quarenta horas, não presta assistência, não presta trabalho, data vênua, com o devido respeito, aos médicos, por exemplo, porque o médico atende nos consultórios, atende no hospital ou atende nos postos. Ele atende num lugar fixo. O procurador, que é advogado, tem a atuação múltipla, extra-sala, no Tribunal, nos foruns, onde o litígio que envolve o Estado com uma questão se faça necessária.

Por isso, eu acredito que não se deve colocar, não se poderia colocar a fixação da carga horária para o procurador, porque a sua função é uma função que independe do cumprimento, basicamente, do horário, depende muito mais em qual ação do Estado, por tarefa, ele está responsável por responder e argumentar em nome do Estado. Esta é a razão que nos levou a pedirmos a supressão do § 3°.

Por outro lado, procuramos suprimir também, numa emenda, no artigo 8°, que diz seguinte:

"Para os efeitos da presente lei, a remuneração do Procurador do Estado, Classe I, guardará a identidade com limite fixado pela Lei n° 9105 de 23 de outubro de 1989."

Talvez possa causar espanto aos próprios procuradores interessados. A minha interpretação de supressão desse artigo, é, única e exclusivamente, por julgá-lo redundante.

Porque se está em vigência uma lei, que é a Lei n° 9105 do dia 23.10.89, que fixa o redutor e se a Constituição do Estado diz: "de que nenhum cargo, nenhum servidor poderá ganhar mais em nenhum dos Poderes do que o maior cargo pago pelo Executivo" e se a Constituição Federal diz: "que a nível Federal o maior cargo executivo é o de Ministro, a nível de Estado do Secretário e a nível de Município do Prefeito", obviamente nós temos um texto Constitucional que é maior que toda e qualquer lei, que vai amparar a aplicação de um salário padronizado no máximo, com o máximo salário pago pelo Poder Executivo

do Estado.

Por esta razão e tão somente por ela, até porque acho e continuo achando que na feitura da lei, ela peca, tem alguns vícios, quando numa lei complementar nós estamos fazendo referência a uma lei ordinária que já está em vigência.

Parece-me desnecessário dizer por uma lei complementar que aos servidores...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência permite-me um aparte?  
(Assentimento).

Eu concordo com o raciocínio de Vossa Excelência e aduso ainda a que Vossa Excelência está corretamente expondo, o inciso II da Constituição Estadual que estabelece:

"A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados como limites máximos nos âmbitos dos respectivos poderes os valores percebidos como remuneração em espécie a qualquer título por Deputado Estadual, Secretário de Estado e Desembargador e nos municípios os valores percebidos como remuneração em espécie pelo Prefeito."

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então, nobre Deputado, as razões que me levaram às emendas foram essas, de que se está em vigência uma lei, uma norma constitucional, vai independer de que haja referência dela.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Eu consultaria esta Presidência, em se tratando de lei complementar, o quorum para votação seria simples ou maioria absoluta, para aprovação das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tratando-se de lei complementar, evidentemente o quorum é de maioria absoluta.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Eu agradeço as argumentações do ilustre Deputado Caio Quintana, que me foram convincentes, ganhamos tempo e ouvimos uma explanação brilhante da interpretação jurídica-constitucional das emendas, do ilustre Deputado, razão pela qual, convencidos da argumentação, votaremos a favor.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - O entendimento da Presidência da Assembléia é de que se trata de lei complementar ou seria uma lei ordinária a vista de que dispõe apenas da remuneração dos

integrantes da Procuradoria?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa decidiu, por entender que há maioria absoluta, tratando-se de matéria de lei complementar.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Mas, peço vênica a Vossa Excelência para discordar desse entendimento respeitoso da Mesa, de vez que é matéria que trata do aumento de salários e que não estabelece outros critérios para a Procuradoria Geral do Estado e em consequência a tramitação desse projeto deve ser de um projeto de lei ordinária.

Até porque, Senhor Presidente, na medida em que se considerar um projeto de lei complementar, seguramente não vai haver maioria absoluta neste Plenário nem para aprovar as emendas e nem para aprovar o próprio projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa mantém a sua decisão, anunciando que a Mensagem do Poder Executivo foi encaminhada como Projeto de Lei Complementar e assim foi autuada. Vinte e oito votos necessários para a aprovação do projeto e vinte e oito necessários para aprovação das emendas. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n° 1, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Rejeitada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovada.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Já que Vossa Excelência já estabeleceu o resultado, eu solicito que Vossa Excelência coloque em votação a segunda Emenda.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Já que Vossa Excelência já anunciou o resultado, eu solicito que Vossa Excelência coloque em votação a segunda Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência não pode evitar a verificação de votação.

Os Senhores Deputados permaneçam em seus lugares e as pessoas estranhas ao Plenário, que por favor ocupem as Galerias. É matéria de importância. O Senhor 1° Secretário fará a verificação de votação acompanhado do Senhor 2° Secretário. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n° 1, queiram levantar-se. (Pausa). Catorze aprovam. Rejeitada a Emenda n° 1.



Emenda n° 2. Em votação a Emenda n° 2.  
Rejeitada a Emenda...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Proceder-se-á à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. (Pausa). Dezesseis Deputados aprovam. Rejeitada a emenda. Em votação o Projeto. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão. Aprovado.

(Aprovado o Projeto. Rejeitadas as Emendas.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 05/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 04/90), que dispõe sobre a contratação de servidores, em casos de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço, da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado.

PROJETO DE LEI N° 05/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - A Administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado do Paraná, fica autorizada a contratar servidores, em casos de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço.

Art. 2° - A contratação a que se refere o artigo anterior se dará mediante a realização de teste seletivo e será ordenada por despacho fundamentado do Chefe do respectivo Poder, que declarará a necessidade e o interesse público, após manifestação dos órgãos envolvidos.

§ 1° - As solicitações de contratações a que se refere esta lei deverão conter justificativa pormenorizada sobre a necessidade das mesmas e a caracterização da temporariedade do serviço a ser realizado.

§ 2° - O contrato, prorrogável, terá prazo máximo de um ano, sendo vedada a recontratação.

Art. 3° - Os salários dos servidores contratados nos termos desta lei não poderão, em hipótese alguma, ser superiores aos pagos a servidores que exerçam funções análogas no Estado.

Art. 4° - O Chefe do respectivo Poder regulamentará esta lei, em trinta dias, atendendo às peculiaridades de cada área de atuação do Estado.

Art. 5° - Efetivada a contratação autorizada por esta lei, o órgão responsável encaminhará a respectiva documentação ao

Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro (Art. 75, III, da Constituição Estadual).

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 01 de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.01.90.

(a) PODER EXECUTIVO

Aprovado.

O Sr. Pedro Tonelli - Para encaminhar, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais presentes...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência pede vênias ao Deputado para o Relator dar o seu parecer e Vossa Excelência em seguida terá a palavra.

O SR. RELATOR (Algaci Túlio) - Senhor Presidente, Senhores Deputados...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)  
- Permita-me tomar a palavra antes do Deputado Algaci Túlio para consultar dessa Presidência do Poder Legislativo se a Mesa Executiva não tomará igual providência com relação ao Poder Legislativo, de vez que trata-se de uma autorização do Poder Executivo para dispor sobre a contratação de servidores em caso de excepcional interesse público para atender temporária necessidade de serviço. Isto é o que determina a Constituição, que cada um dos poderes do Estado deverá ter essa autorização legislativa para que possa a cada ano promover as contratações de caráter excepcionais como estabelece a Constituição. Então, em assim sendo, e se a Comissão Executiva ainda não encaminhou a este plenário esta mensagem, por medida de economia processual, eu consultaria a Presidência da Assembléia Legislativa e o nobre Relator, se ele não poderia estabelecer um substitutivo neste Projeto Governamental, de vez que faculta também ao Poder Legislativo a mesma faculdade legal que é concedida ao Chefe do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, que já na mensagem encontra-se esse dispositivo, que autoriza o Poder Legislativo e outros poderes a contratar neste sentido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Então, foi feito um substitutivo no parecer do nobre Deputado Algaci Túlio?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Relator vai dar a sua opinião.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parecer ao Projeto de Lei n° 005/90 - Comissão Geral: (Lê):

Oriundo da Mensagem Governamental n° 004/90, o plano de lei em tela tem por finalidade dispor sobre a contratação de servidores, em caso de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço, da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Estado do Paraná.

De acordo com a justificativa governamental que acompanha a presente proposta, temos que a mesma é de suma importância pois virá adotar a administração pública de instrumentos legais para que se possa atender às necessidades urgentes da contratação temporária de pessoal para setores vitais da atividade estatal.

Cabe aqui ressaltar que no plano da constitucionalidade, a matéria encontra-se em perfeita consonância com o disposto no inciso IX, do artigo 27 da Constituição Estadual.

Diante disso, esta Douta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente pela medida ora em análise, dada a inexistência de óbices que possam vir a prejudicar a sua análise pelos demais órgãos competentes desta Colenda Casa.

Neste sentido, o nosso parecer é FAVORÁVEL, sendo pois pela APROVAÇÃO ao Projeto de Lei n° 005/90.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.01.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

Isso vem ao encontro do que eu havia momentos antes abordado na tribuna desta Casa, e que eu deveria ter feito na terça-feira, mas em função da minha ausência não pude fazê-lo, e vem reparar realmente a situação de desespero em que se encontram os funcionários contratados por instituições do Governo Estadual - o IAPAR, a EMATER, ITCF e COPASA - que foram treinados, foram pagos os treinamentos e agora não seriam aproveitados, quer dizer, seria dinheiro do Estado, dinheiro do contribuinte jogado fora para treinar um pessoal que não seria agora contratado, e por esta razão nós entendemos assim, Senhor Presidente da necessidade de darmos esse Parecer favorável, evidentemente o que diz a nossa Constituição do Estado do Paraná. Era o parecer, Senhor Presidente.

palavra o Deputado Pedro Tonelli para encaminhar a votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Relator, demais presentes.

Estamos apreciando em 1.ª discussão matéria que no ano passado nós já apreciamos no mesmo teor: o Projeto de Lei n° 05/90, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a contratação de servidores em caso de excepcional interesse público para atender temporária necessidade de serviço da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional de quaisquer dos poderes do Estado.

Estou na tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta 1.ª discussão porque considero tanto a matéria quanto o Parecer contra a Constituição Federal e contra a Constituição do nosso Estado. A matéria é inconstitucional. Essa é a minha interpretação, Senhor Presidente.

No ano passado já me pronunciei a respeito e fomos derrotados. Agora matéria com o mesmo teor que praticamente todos os poderes em todas as áreas a contratar quem quiser, a hora que quiser, simplesmente com teste seletivo, mediante um despacho. Essa interpretação dada no ano passado por Sua Excelência o Governador, e neste momento, tanto essa quanto outras, mas especialmente essa, vem frontalmente contra a Constituição Federal e a nossa Constituição Estadual.

A Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 27 inciso 9º, diz o seguinte: "A Lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária e de excepcional interesse público e etc..." Quer dizer, a Lei n° 05/90 ela deveria estabelecer os casos de necessidade - excepcional e temporária e não a Lei autorizar o Poder Executivo, autorizar os poderes para contratar quem quiser, direta, indireta e fundacional. O que a nossa Constituição Federal e Estadual repetem, elas prevêm que as contratações do ingresso ao serviço público é somente mediante o concurso público, regulamentado, bonitinho. Há apenas uma exceção, a exceção é que será estabelecida em Lei e a Lei tem que dizer quais são os casos. Então, Sua Excelência o Governador, ele deveria ter mandado um Projeto de Lei aqui, para este Parlamento, dizendo tais e tais casos são de necessidade temporária e é necessário uma contratação excepcional, e nós íamos discutir e apreciar e dizer sim ou não, aprovado, ele poderia - tanto na direta, quanto na indireta, quanto na fundacional, aí sim, se nós julgássemos esses casos são de necessidade excepcional de contratação temporária, aí sim ele estaria autorizado a viabilizar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a

Curitiba, quinta, em 11.01.90

A minha interpretação, tanto no que ocorreu no ano passado, quanto o que está sendo proposto neste momento, é uma interpretação dúbia da Constituição Federal e da Estadual e que o objetivo é burlar uma regra geral estabelecida que é o concurso público, a necessidade de concurso público para o ingresso no serviço público. E é uma maneira também de burlar os direitos assegurados para os servidores públicos que exercem uma atividade pública com direitos assegurados nas nossas Constituições, tanto federal quanto estadual pela sua hierarquia.

Por isso, eu questiono neste momento a constitucionalidade da matéria ora em discussão e votação, porque se ela for inconstitucional nós teremos que repará-la, ela terá que ser refeita. S.Exa. o Governador não diz aqui quais são os casos de necessidade excepcional e temporária que ele necessita que nós autorizemos mediante Lei.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Deputado Pedro Tonelli, a preocupação que assola V.Exa. também assolou a este Parlamentar. Estabelecemos na Constituição Federal e na Estadual o princípio moralizador do concurso público para o ingresso nas diversas carreiras do serviço, entretanto face às peculiaridades do Estado moderno, tanto a Constituição Estadual quanto a Constituição Federal estabeleceram a possibilidade da contratação, por um prazo certo e determinado de um ano de servidores para atender situações de calamidade pública ou de excepcionalidade em quaisquer um dos Poderes do Estado do Paraná. Pois bem, diz a Constituição Estadual, efetivamente, de que essa contratação deverá ser procedida por uma lei onde se estabeleçam os critérios dessas contratações de caráter excepcional.

Entretanto, o Governador do Estado ao mandar a Mensagem 05/90 para esta Casa, abre a possibilidade de as contratações ocorrerem não só no campo do Poder Executivo mas também do Judiciário e do Legislativo. E, em consequência disso, para evitar uma invasão de competência nos outros Poderes, evidentemente que o Chefe do Executivo não poderia estabelecer as condições peculiares de cada Poder. Eu, até fazer a leitura atenta da Mensagem governamental, partilhava da sua opinião. Mas observo que no artigo 4º da Mensagem, a Mensagem estabelece que o Chefe do respectivo Poder regulamentará esta Lei em trinta dias, atendendo as peculiaridades da área de atuação do Estado. Em consequência, nós não estamos aqui na Assembleia dando um cheque em branco, nem para o Se-

nhor Deputado Anibal Khury Presidente da Assembleia Legislativa, nem para o Desembargador Abhraão Miguel, Chefe do Poder Judiciário, e nem para o Governador Álvaro Dias, Chefe do Poder Executivo. Ao contrário, esses Presidentes de Poderes terão a obrigatoriedade de, em trinta dias, encaminhar por lei o número de cargos, as peculiaridades e as exigências da contratação por um período certo e determinado de um ano. Em razão desse dispositivo, eu me convenço de que este anteprojeto é constitucional e é necessário ao Estado do Paraná, face a velocidade do mundo moderno e das suas interrelações com os poderes constituídos do Estado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço as observações do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, apesar de que se o nobre Luiz Alberto tem razão, então, é desnecessária a lei. Esta lei se torna desnecessária. Porque o art. 4º, mencionado por V.Exa, efetivamente, autoriza. Quem vai decidir os casos, quem vai levantar vai ser o Chefe de cada Poder. E a Constituição diz que cada Chefe de Poder deverá mandar a lei para cá ...

(É tirado o som).

Só para concluir, Senhor Presidente.

Então, a lei proposta pelos chefes dos poderes deveria deixar claro quais os casos. Nós deveríamos aprovar os casos. Por isso é desnecessário. Porque a Constituição do Estado, Senhor Presidente, tem duas alíneas que garante o que está aqui, o teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública, porque a sua urgência exige e a letra "b" que diz do contrato improrrogável de no máximo um ano.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Permita-me apenas mais uma colocação, meu caro Deputado Pedro Tonelli. V.Exa. e eu que perfilhamos na oposição ao atual governo devemos ter um redobrado cuidado para que efetivamente as leis de cada um dos chefes do Poder Executivo chegue a este Plenário. E nós devemos cobrar para que esta lei, em trinta dias efetivamente, seja votada pelo Poder Legislativo, para que aí sim não se transforme, esta lei numa válvula de escape a contratação de apaniguados políticos, especialmente no ano eleitoral. A nobre função de fiscalização e de oposição deve centrar-se exatamente no momento em que as leis chegarem à Assembleia Legislativa.

O SR. PEDRO TONELLI - As preocupações do Deputado Luiz Alberto são as mesmas minhas, e este foi o motivo pelo qual eu vim à tribuna porque queremos moralizar o serviço público e temos que evitar que sejam massa de manobra ou motivo de favorecimento de quem está com o poder de gover-

nar.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer, em votação o projeto. Senhores Deputados que aprovam a ambos, conservem-se como estão. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 01/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo, ativos, inativos e pessoal regido pela CLT. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 349/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 132/88), que objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar os bens imóveis onde se acha instalada a Prisão Provisória de Curitiba, sita à Avenida Anita Garibaldi, n° 750 e que compreendem duas áreas conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade, da C.F. e C.S.P. por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 349/88

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 132/88, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar os bens imóveis onde se acha instalada a Prisão Provisória de Curitiba, sita à Avenida Anita Garibaldi, n° 750 e que compreendem duas áreas conforme especifica.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.12.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 349/88

PARECER:

O presente plano de lei oriundo da Mensagem Governamental n° 132/88, objetiva

o Poder Executivo a, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar os bens imóveis onde se acha instalada a Prisão Provisória de Curitiba, sita na Av. Anita Garibaldi, n° 750 e que compreende duas áreas conforme especifica.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o aspecto legal e constitucional da matéria posicionou-se favoravelmente, pois nada encontrou que obstasse o trâmite normal desse projeto.

Submetido ao Plenário, durante sua discussão, o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, Líder da Bancada do PMDB, requereu a oitiva dos Senhores Secretários da Justiça, Segurança Pública, Administração e do Trabalho e Ação Social, para prestarem maiores esclarecimentos em razão de ser polêmica a matéria.

Foram ouvidos os Senhores Secretários durante reunião promovida pelas Comissões supracitadas, chegando-se à conclusão de que diante de questões como: o valor venal do imóvel, o local inadequado para o presídio, etc, seria favorável sua alienação em favor de toda a coletividade.

Em função da "Operação Desmonte" do Governo Federal, o Estado não poderá contar com recursos para construção de novos presídios, condicionando-se, assim, à alienação da Prisão Provisória de Curitiba.

Diante da conclusão favorável em relação à alienação do imóvel, essas Comissões acordam que a entidade vencedora da concorrência construirá, no interior do Estado, em local a ser designado, duas penitenciárias e, só então, receberá o imóvel em questão. Decidiu-se, ainda, que o grupo a ser formado pelo Poder Executivo, para análise da transação do imóvel, contará com a participação de uma Comissão deste Poder Legislativo integrada por um Deputado de cada bancada.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ACYR MEZZADRI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 349/88

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 132/88, o presente plano de lei, objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar os bens imóveis onde se acha instalada a Prisão Provisória de Curitiba, sita na Av. Anita

Garibaldi, n° 750 e que compreende duas áreas conforme específica.

Esta Comissão de Segurança Pública chamada a opinar concluiu ser providencial a medida tomada pelo Senhor Governador, considerando que a atual localização do presídio expõe a população local a riscos devido as constantes ameaças de fugas e rebeliões. Opinamos favoravelmente à alienação em questão, desde que o valor correspondente à operação seja devidamente aplicado na construção de estabelecimentos penais na Capital e no interior do Estado e mais, que os recursos provenientes dessa operação sejam devidamente corrigidos, em OTN, enquanto perdurar a transação. Enfatizamos, ainda, que em hipótese alguma poderão esses recursos serem desviados para outros fins que não os supracitados.

Concordamos ser de bom alvitre a participação de uma comissão composta por Deputados pertencentes às respectivas lideranças partidárias desta Casa junto às demais autoridades responsáveis, quando do processamento dos mecanismos legais para a operação, bem como, durante o processo de concorrência pública.

Finalmente, concluímos ser plausível a exposição de motivos do Senhor Secretário de Justiça, e até mesmo conveniente, face à alegação do Senhor Governador da impossibilidade de recursos para a construção de novos presídios no Estado do Paraná e que a venda de tão valorizado patrimônio propiciará a construção de novos estabelecimentos penais em áreas mais próprias e menos valorizadas comercialmente.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 23.12.89.

(aa) RAUL LOPES

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 349/88. Aprovado. Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 349/88.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 02/90 (Mensagem n° 123/89 Ex-Proposição n° 91/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica os convênios celebrados em 1° de março de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e os Municípios que especificam, objetivando auxílio financeiro à manutenção de professores da Rede Municipal de Ensino, no atendimento às crianças em idade escolar nos assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais e nas

comunidades indígenas. Aprovado.

Suspendo por trinta minutos a presente sessão, para que o serviço gráfico da Assembléia Legislativa publique em avulso as emendas apresentadas e tão logo tenha feito, após os trinta minutos, nós retornaremos ao Plenário.

Está suspensa a sessão.

Está reaberta a sessão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 01/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 03/90), que objetiva reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissões e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos servidores militares, bem como do pessoal regido pela CLT, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, a partir de 1° de janeiro de 1990 e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em n° de 11 (onze), de autoria de diversos Senhores Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 01 AO PROJETO DE LEI N° 01/90

Suprima-se o artigo 4°, do Projeto de Lei n° 001/90.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEO

ANIBAL KHURY

RAUL LOPES

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Caíto Quintana, Tadeu Lúcio Machado.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 02 AO PROJETO DE LEI N° 01/90

O art. 8°, do Projeto de Lei n° 001/90, passa a ter a seguinte redação:

Art. 8° - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores Civis e Militares do Estado, inclusive das Fundações públicas, durante o exercício de 1990, serão reajustados mensalmente, a partir de fevereiro de 1990, pelo Índice Pleno do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês anterior.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 9° - ...

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento: Raul Lopes, Ferrari Júnior, Paulino José Delazeri, Valderi Mendes Viela, Luiz Alberto Oliveira.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 03 AO  
PROJETO DE LEI N° 01/90

Acrescenta Artigo ao Projeto de Lei n° 001/90:

Art. - Os vencimentos dos Servidores Cíveis e Militares do Estado, inclusive das Fundações Públicas, serão pagos em duas parcelas de igual valor, da seguinte forma:

PRIMEIRA PARCELA: a ser paga até o dia 15 do mês;

SEGUNDA PARCELA: a ser paga até o dia 30 do mês vencido.

Parágrafo Único - Os valores serão corrigidos, se tais prazos forem ultrapassados.

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamto: Raul Lopes, Paulino José Delazeri, Ferrari Júnior, Luiz Alberto Oliveira.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 04  
AO PROJETO DE LEI N° 01/90

Modifica a redação do art. 8°, item 1, do Projeto de Lei n° 001/90.

Art. 1° - O item 1, do art. 8°, do Projeto de Lei n° 001/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8° - ...

1 - O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês de janeiro de 1990 será aplicado, integralmente, sobre os salários do mês de fevereiro;

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamto: José Rogério Carvalho, Algaci Túlio, Pedro Tonelli, Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

Não obstante os índices de aumento concedidos, cumpre observar que a Mensagem em discussão, linearmente, apenas repõe a lacuna inflacionária ocorrida no ano de 1989, desconsiderando as defasagens mensais.

Como se oferece no projeto, desde janeiro voltar-se-á a estabelecer uma acentuada perda real, cuja reposição, a três tempos, mutilará a conquista salarial repositada.

É imprescindível, pois, a reformulação do dispositivo que enfoca a reposição do IPC de janeiro, sob pena de comprometer-se todo o espectro do perfil salarial que se aprovará.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 05 AO  
PROJETO DE LEI N° 01/90

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 001/90, em seguida ao art. 7°, o seguinte artigo:

Art. 8° - Será concedido também, aos

Curitiba, quinta, em 11.01.90

servidores públicos abrangidos por esta Lei ao título de produtividade, 6% (seis por cento) incidente sobre todos os salários do mês de janeiro de 1990, na forma desta Lei.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamto: José Rogério Carvalho, Ferrari Júnior, Algaci Túlio, Pedro Tonelli.

JUSTIFICATIVA:

A proposta em tela é inspirada nos próprios termos da mensagem em discussão, que consigna para algumas categorias do quadro dos servidores públicos aumentos reais de salário.

A iniciativa se impõe, assim, para o estabelecimento da igualdade de tratamento a todos quantos, ausentes dos acordos e das convenções coletivas, com o mesmo empenho e dedicação tem contribuído para a eficiência da Administração Pública no curso do ano findo.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 06 AO  
PROJETO DE LEI N° 01/90

Substitua-se os itens 1 a 6 do artigo 8° e seu § 1°, como segue, mantendo-se o "caput" e demais parágrafos:

Art. 8° - ...

1 - Nos meses de fevereiro, março, maio, junho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 1990, sempre que a variação do IPC verificada no mês anterior for superior a 5% (cinco por cento), os estipêndios de que trata este artigo serão reajustados pelo percentual correspondente a este excedente.

2 - Nos meses de abril, julho e outubro de 1990, os estipêndios serão reajustados em percentual igual à variação acumulada do IPC verificada nos 3 (três) meses anteriores, deduzidas as antecipações a que se refere o item anterior.

§ 1° - No mês de janeiro de 1991 será feita a reposição residual dos meses de outubro a dezembro de 1990, independentemente de outros reajustes decorrentes de alterações procedidas na data-base.

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoiamto: David Cheriegate, Ferrari Júnior, Amélia Hruschka, José Rogério Carvalho, Luiz Antonio Setti.

JUSTIFICATIVA:

Essa emenda tem por objetivo aplicar aos servidores públicos do Estado a mesma política salarial prevista na Emenda provisória n° 74, de 26 de julho de 1989, transformada na Lei n° 7.830, de 28 de setembro de 1989, para os funcionários da União.

Esclarecemos que os reajustes mensais, com dedução de 5% do IPC, já estão sendo aplicados em nosso Estado, em razão da



isonomia, para os servidores mais graduados. É justo, portanto, que a medida seja estendida a todos em igualdade de condições.

Em anexo, exposição de motivos na forma de pronunciamento.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 07  
AO PROJETO DE LEI N° 01/90

Dê-se nova redação ao artigo 8° do Projeto de Lei n° 001/90, nos seguintes termos:

"Art. 8° - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores civis e militares do Estado, inclusive das fundações públicas, durante o exercício de 1990, serão reajustados mensalmente a partir de fevereiro de 1990 pelo índice integral do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês anterior.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo."

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, Paulino José Delazeri, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Rogério Carvalho.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 08  
AO PROJETO DE LEI N° 01/90

Dê-se nova redação a alínea 1 do artigo 8° do Projeto de Lei n° 001/90, nos seguintes termos:

"1 - O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês de janeiro de 1990 será aplicado integralmente no mês de fevereiro."

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, Paulino José Delazeri, Haroldo Rodrigues Ferreira.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 09 AO  
PROJETO DE LEI N° 01/90

Incluir mais um artigo no Projeto de Lei n° 001/90, nos seguintes termos:

"Art. - O piso salarial para o Magistério, fica fixado em NCz\$ 3.209,87 (três mil, duzentos e nove cruzados novos e oitenta e sete centavos), mantidos os percentuais que estruturam as Tabelas que constituem o Anexo Único relativas ao Magistério (Tabelas IV, V e VII)."

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, Paulino José Delazeri, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Rogério Carvalho.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 10 AO  
PROJETO DE LEI N° 01/90

Incluir mais um artigo no Projeto de Lei n° 001/90, nos seguintes termos:

"Art. - O piso salarial para o Magistério não poderá ser inferiores a 2,5 salários-mínimos, mantidos os percentuais que estruturam as Tabelas que constituem o Anexo Único relativas ao Magistério (Tabelas IV, V e VII)."

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, Paulino José Delazeri, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Rogério Carvalho.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 11 AO  
PROJETO DE LEI N° 01/90

Que o artigo 8° passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8° - A remuneração ou salário dos servidores civis e militares do Estado, inclusive fundações públicas, durante o exercício de 1990, serão corrigidos mensalmente, a partir de fevereiro de 1990, pelos índices integrais do IPC verificado no mês imediatamente anterior.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamto: Nereu Carlos Massignan, Raul Lopes, Lindolfo Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira.

Em votação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Para discutir) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, o Senhor Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nós, que no final do ano passado apresentamos um projeto autorizando o Chefe do Executivo Estadual, a reajustar mensalmente os vencimentos dos senhores servidores públicos, no momento em que se discute a proposta tão divulgada pelos meios de comunicação, a reposição de 292,11%.

Vale a pena, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esclarecer e dar aqui um exemplo de quanto vai receber o funcionalismo público de nosso Estado. Gostaria de dar um exemplo de como vai ser este reajuste. Gostaria de dizer que fui auxiliado por alguns companheiros do PMDB, da banca-

Curitiba, quinta, em 11.01.90

da do PSDB, com estas notas que trago aqui à tribuna. Suponhamos, em números redondos, que o servidor público do Estado do Paraná estivesse ganhando mil cruzados. É uma nota de um cruzado. Apenas para esclarecimento. Vamos arredondar os 292,11% para 300%. Aliás, vale a pena dizer que o funcionário público que paga sua prestação da casa própria, terá também reajustadas as prestações de sua casa própria, do seu apartamento, em 292,11%. Com a aprovação deste projeto, ele vai receber quatro mil cruzados. Hipoteticamente, quem ganhava mil, quatro mil cruzados. Ele recebe no mês de janeiro. No mês de fevereiro a inflação já está aí, vamos colocar por baixo, 50%. Ele deveria ter o reajuste de 50% em fevereiro, mais dois mil cruzados, o que totalizaria seis mil cruzados.

Só que o Governo não vai pagar os dois mil cruzados. Isso hipoteticamente, a nível de ilustração, ao servidor público em fevereiro. Ele vai dar quinhentos e vai emprestar do servidor público estadual mil e quinhentos. Vai deixar estes mil e quinhentos aplicados. Com o residual de 1989, ele vai aplicar o dinheiro e pagar somente no mês de janeiro de 1991. Estes mil e quinhentos que ele deixou de lado.

No mês de março, a mesma coisa acontece.

É preciso, Senhores Deputados, que neste momento tenhamos a consciência nítida de que é preciso valorizar o servidor público do Paraná. Não vim aqui somente defender os interesses dos funcionários públicos. Vim aqui defender, inclusive, os interesses do funcionalismo público do Paraná. Porque sei que o motorista lá da Secretaria da Agricultura não vai ser lembrado no final do Governo se o Governador, se o Chefe do Executivo que aí está ficar como um bom administrador para a história do Paraná. Talvez até pela massificação de sua imagem, da propaganda divulgada.

Quero "abrir os olhos" dos Senhores Deputados, como fiz no primeiro dia em que chegou a mensagem, neste Parlamento.

Nós entendemos que, pelo número de emendas apresentadas, nós temos três opções. A mais importante: aprovarmos a proposta do Deputado Pedro Tonelli, do reajuste mensal, integral, do IPC. A segunda proposta, a proposta que nós trazemos a este Parlamento: existe uma lei, a Lei nº 7.830, onde o Governo Federal já reajusta mensalmente o servidor da União em 95% do IPC, pagando o residual ao término do terceiro mês, do trimestre. Esta é a segunda hipótese.

Nós já temos, juridicamente, um paralelo, e como argumentar com a sociedade e com o próprio Chefe do Executivo Estadual, o que o Governo Federal já paga, o tratamento que ele já dá para os servidores

públicos federais. Ora! Falar que vai comprometer as finanças, isto não é verdade, Senhores Deputados. Porque o ICM recolhido na Usina, por exemplo, do Deputado Antônio Costenaro Neto, lá em Jandaia do Sul, ele paga o seu imposto com aumento, mensalmente. Ele não paga a mesma parcela. E isto acontece com todos os segmentos: com os comerciantes, com os industriais. O Governo está sempre arrecadando!

Em fevereiro, a conquista do Governo anterior, que já era de três pisos para os professores do nosso Estado, chegará a um piso vírgula três. Em março, o professor receberá tão somente um piso nacional de salários. Será que isto é justo, Senhores Parlamentares?

Os jornais estão estampando os salários que os Parlamentares do Brasil estão recebendo. Eu acho que é justo, sim, nós valorizarmos, também o funcionalismo público estadual e darmos exemplo às demais Assembléias Legislativas! Porque não adianta o discurso que não é sincronizado com a prática. Na consciência de cada um dos Senhores, quando estivemos em praça pública, nos palanques, nós prometemos, nós juramos defender os interesses do povo do Paraná. Assumimos o compromisso!

E eu quero parabenizar, neste momento, o nobre Relator da Comissão de Constituição e Justiça, que dá parecer favorável ao nosso projeto de betenização dos salários, Deputado Djalma de Almeida César. Sensibilizado com o problema do funcionalismo do nosso Estado, deu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça! Para que se o Governo, não cumprindo o que diz o artigo 27 da nossa Constituição, que os salários devem ser pagos até o último dia do mês vencido, deverá betenizá-lo e pagá-lo, no dia cinco depositar este mesmo dinheiro, betenizado, para o funcionário público do Paraná! Parabéns, Deputado Djalma de Almeida César. Espero também, a sensibilidade dos demais companheiros desta Casa, na aprovação deste projeto.

Por isso, a casa própria vai subir 292,11%! Quantos são os funcionários públicos que pagam, religiosamente a sua casa própria, a sua prestação? Ele não terá condições, em março, de pagar a sua casa própria!

Ontem, conversava com o Deputado Raul Lopes. Ele me falava da conquista para a Polícia Militar. Seis mil cruzados. De 1,5 mil para 6 mil.

Só que a Polícia Militar deveria receber mais 3 mil, jogando a inflação no patamar de 50% em fevereiro, o que não vai acontecer.

Então, quando eu digo que esse aumento é ilusório, não existe aumento, o que existe é reposição, o que se tenta fazer é pagar, até com dinheiro aplicado, investi-

Curitiba, quinta, em 11.01.90

do; dinheiro da reposição de 89, a reposição de 1990.

Ora, se não for possível aprovarmos a emenda do Deputado Pedro Tonelli, aprovamos a nossa emenda em que já existe um parâmetro federal de 95% do IPC. Se não for possível aprovar a nossa proposta, que aprovemos então a proposta do Deputado Nereu Massignan que corrige pelo menos em janeiro e nos dá um fôlego para que possamos conversar e aprovarmos e tentarmos melhores salários. E não quero cometer injustiça, mas parece que existe também uma proposta neste sentido do Deputado David Cheriegate, da reposição integral em janeiro.

O que nós precisamos é dar uma resposta à sociedade e a esses servidores que aí estão.

Quando eu votei a taxa de segurança aqui, Senhor Presidente, vale à pena lembrar, aumentamos 3 mil por cento em algumas taxas... (retirado o som)...

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Nereu Massignan, colocamos em votação um requerimento que requer marcação de sessões extraordinárias para o dia de hoje conforme específica. Em discussão. Em votação. Aprovado o requerimento.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Massignan para encaminhamento de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A bancada do PSDB, todos os Deputados da nossa bancada subscreveram algumas emendas e eu vou ser rápido em algumas delas porque se assemelham com as demais que já estão apresentadas aqui que é a emenda de aplicação do IPC integral para o Executivo, para a Procuradoria, Tribunal de Contas e Assembléia Legislativa.

Uma outra emenda que será votada depois dessa, pretende aplicar o IPC de janeiro já no mês de fevereiro, modificando o inciso 1º do artigo 8º do projeto.

Lá o IPC previsto em pagamento em duas parcelas, uma das quais em 1991. Então, nós com essa emenda transformamos o IPC de janeiro em pagamento integral já no mês de fevereiro.

Mas no momento oportuno da votação nós daremos maiores explicações.

Eu gostaria de me ater à emenda que apresentamos retomando a aplicação do piso salarial para o magistério. E essa emenda propõe a retomada do piso salarial de 2,5 salários-mínimos. O que não é a reivindicação da APP.

A APP já teve 3 salários-mínimos no Governo passado; depois veio para 2,5; de-

pois foi transformado em salário de referência e hoje não tem piso salarial nenhum.

Então, se nós tivemos no passado uma ascendência de conquistas para o magistério, neste Governo só se desceu a escada, de degrau em degrau se chegou ao chão e hoje não temos piso nenhum!

Uma das emendas fixa o piso em valor transformando os 2 salários mínimos e meio em 3.209,87, e a outra, para não adentrar na discussão da constitucionalidade diz que o piso salarial do magistério não poderá ser inferior a dois salários-mínimos e meio, mantidos os percentuais das tabelas. Ora, se não pode ser inferior, entendemos que não há uma vinculação com o que está proibido pela Constituição.

Por que dois salários-mínimos e meio e não três, como foi a conquista do magistério? E não cinco, como é a reivindicação nacional do magistério? Esta é uma proposta do SIGEL, de iniciativa de nós Parlamentares da bancada do PSDB, e naturalmente com o apoio de Vossas Excelências, baseado na postura do próprio Governador Álvaro Dias.

O Governador, à época, 1º de outubro de 1986, por ocasião da greve no Governo João Elísio Ferraz de Campos, que depois se transformou numa conquista de piso salarial de 2 1/2 salários-mínimos, o Senador Álvaro Dias, candidato peemedebista ao Governo, reiterou ao Governador João Elísio, pedido feito na semana passada, para que o Executivo Estadual antecipe para já a concessão de um piso salarial de 2 1/2 salários-mínimos para os professores em greve há mais de 15 dias. Então era candidato peemedebista ao Governo do Estado, ao falar ontem, terça-feira, no horário gratuito do TRE, Álvaro Dias salientou sua posição em relação ao movimento dos docentes, afirmando que tem mantido uma postura ética, palavras do Governador: "Em nenhum instante manifestei-me a respeito da greve, pois não iria em nenhuma hipótese explorar demagogicamente os professores."

Álvaro Dias lembrou o pedido feito ao Governador, prontamente atendido, para que reestabelecesse um canal de negociação com os professores e manifestou o seu repúdio aos que têm atuado demagogicamente na exploração do movimento grevista. Justamente os mesmos que, durante a ditadura, soltaram os cães contra os professores.

Engraçado! Depois, este próprio governador soltou bombas e cavalos! Aperfeiçoou, na área biológica os animais, melhorando o comportamento repressor. Eu não sei qual dos dois é o mais agressivo, mas, certamente, o mais pesado é o cavalo! Principalmente auxiliado por bombas, presenciado pelo Governador e pelo Secretário da Segurança, que assistiam o espetáculo

atrás das vidraças do Palácio Iguazu!

Senhores Deputados, o Governador, no dia 1º de outubro, também no horário do TRE, dizia, gravado em fita: "Nós procuraremos valorizar o professor, reformulando o Estatuto do Magistério, chamando todos os professores deste Estado para uma ampla discussão, a fim de que, na reformulação do Estatuto do Magistério encontraremos caminhos, para que o professor, valorizado, possa discutir tão somente a elevação do nível de ensino de nosso Estado!" Palavras de candidato, perdidas ao tempo! Perdidas, do compromisso assumido! Gravada em vídeo, mas infelizmente não gravada na consciência do compromisso que assume o candidato quando afirma que o Estatuto do magistério seria produto de uma ampla discussão!

Será, Senhores Deputados, que nesse Governo houve, em relação ao magistério, uma ampla discussão?

Talvez, naquela melhoria biológica do peso do animal repressivo, não discuto qual dos dois é o mais agressivo, repito, certamente o cavalo é mais pesado!

Esta foi a proposta do candidato? Será que houve uma troca de conceitos etimológicos das palavras? A ampla discussão se transforma no coice do cavalo, na bomba, no gás, na omissão, na negativa do diálogo? Eu me lembro, eu estava no PMDB na época, antes que o próprio Líder do PMDB venha me cobrar, como costumeiramente faz isso; é bom lembrar a história: daquela tribuna propus o diálogo ao Senhor Governador na época, ficamos sozinhos, e me lembro da resposta que recebi de que a minha proposta era proposta para Governo co-varde.

Certamente o peso, a descoberta científica de que o cavalo pesa mais que o cachorro valeu mais do que o argumento do diálogo, que é o argumento socrático dos gregos, passou pelos romanos, os visigodos, os ostrogodos, Átila, há quinhentos anos mais, chamados de bárbaros. Há até aquela referência histórica: "Por onde as patas do cavalo de Átila passavam a grama não crescia mais." Talvez as patas do cavalo do Governador Álvaro Dias fez com que a semente do diálogo jamais pudesse germinar naquele lado. Que pena! O melhor exemplo disso seria a história, tem quatro mil anos essa palavra, ou mais, que vem lá das profundezas da filosofia grega.

Pois é, Senhores Deputados, ainda do Governador Álvaro Dias há uma desculpa agora de que não há dinheiro: "Se há falta de dinheiro no Tesouro, que o Governo providencie para que haja mais através de competente arrecadação. A escusa de falta de recursos para negar o aumento ao funcionalismo público não convence, pois a anistia e a sonegação são males que pode-

Curitiba, quinta, em 11.01.90

riam ser evitados." Palavras do Governador Álvaro Dias, então Senador, 02 de outubro de 1986. Esqueceu-se de seus próprios conceitos?

Folha de Londrina do dia 02 de outubro, me desculpe Deputado Baggio, mas Vossa Excelência é citado: "No Noroeste professores questionam Governador, eu vou encerrar. Baggio explicou que ainda não existe uma definição sobre o assunto, mas que o Senador Álvaro Dias, se eleito, pretende acabar com os convênios. Acabou? Fez concurso? Não fez.

Enfim, Senhores Deputados, principalmente a Bancada do PMDB, o governador tem um compromisso de campanha de 2,5 salários mínimos, que não é reivindicação do magistério, diga-se de passagem, da entidade presidida pela professora Izolde; esta é uma proposta que fazemos para permitir que Vossas Excelências sejam coerentes com a palavra do Governador, e a coerência com a palavra do Governador fará com que hoje, nós aproveamos a emenda, restabelecendo o piso salarial para o magistério. É uma decisão política que precisa ser resgatada pela Assembléia, coerente com a postura do então candidato e do hoje governador Álvaro Dias, que assumiu este compromisso público, documentado pelos jornais e pelas fitas dos programas gratuitos da época. Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto, ressalvadas as emendas. Senhores Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Emenda do Deputado Artagão Mattos Leão... e Raul Lopes. Em discussão. Em votação. **APROVADA.**

Emenda do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, a votação das emendas vão seguir esse anexo que nós recebemos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi montado errado mas a Mesa anuncia as emendas para que V.Exas. acompanhem a votação.

Deputado Pedro Tonelli, artigo 08 do Projeto de Lei nº 001 passa a ter a seguinte votação:

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda ...

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Qual é a emenda! Número?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aqui está assinada como emenda nº 01.

O SR. PEDRO TONELLI - Número 01. Eu requeiro votação nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. terá que requerer por escrito.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente esse não é o prache da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O prache da Casa é esse, é o prache regimental, mas eu vou submeter a voto o requerimento de V.Exa.

Os Senhores Deputados que aprovam a votação nominal queiram conservar-se como estão. Rejeitado.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. também requer verificação de votação?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro chamada nominal para verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há número para votação, vou proceder à verificação de votação, senão nós vamos amanhecer aqui e o projeto não vai ser votado.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli para votação nominal queiram levantar-se.

A mesa solicita às galerias que por favor não se manifestem.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. 21 (vinte e um) rejeitam o requerimento do nobre Deputado Pedro Tonelli, 16 (dezesseis) aprovam. Rejeitado.

O processo de votação das emendas será votação simbólica.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Pedro Tonelli queiram conservar-se como estão. Está rejeitada a emenda.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro a verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda levantem-se. 14 (quatorze) aprovam, 21 (vinte e um) rejeitam. Rejeitada a emenda.

Emenda n° 02 do Deputado Pedro Tonelli.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram conservar-se como estão.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Eu requeiro a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O processo de votação das emendas conforme foi anunciado por esta Presidência será por votação simbólica.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas o meu requerimento, Senhor Presidente, meu requerimento verbal na votação anterior era somente sobre aquela emenda. Agora estou requerendo um novo requerimento pedindo votação nominal Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Indeferido.

O SR. PEDRO TONELLI - V.Exa. é o supremo aqui neste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não sou supremo, mas sou Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas Presidente não é supremo, existe um Regimento nesta Casa que tem que ser cumprido inclusive por V.Exa. Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. é o único Deputado que não pode se queixar dessa Presidência por ter tido um atendimento especial embora V.Exa. sendo Líder de uma Bancada não expressiva em número, mas expressiva em potencial V.Exa. tem tido uma consideração especial.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu mantenho a intenção de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda rejeitada, a número 02.

Emenda n° 04 do Deputado David Cheriegate.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

Emenda n° 05 do Deputado David Cheriegate.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

Emenda n° 06 de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Os Senhores Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

V.Exa., nobre Deputado Lindolfo Júnior, tem o recurso de verificação de votação. Só que, agora, nessa já é tarde.

Em votação a Emenda de n° 07, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A gente não localiza aqui, Senhor Presidente, está difícil de saber qual é a Emenda n° 07.

Eu gostaria que fossem lidas as emendas para que pudesse ficar mais fácil o

acompanhamento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O assessor da Mesa vai a V.Exa. para auxiliá-lo.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro a leitura da emenda, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. quer que eu leia ou o 1º Secretário.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu solicito que seja qualquer um da Mesa desde que seja em voz clara para que todo mundo pudesse ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Luiz Alberto serve? Então, V.Exa. vai ouvir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Lê emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 001/90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Rejeitada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem) - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Proceder-se-á à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. 20 (vinte) rejeitam. A EMENDA ESTÁ REJEITADA.

A Mesa consulta o Deputado Pedro Tonelli se gostou da leitura feita pelo Deputado Luiz Alberto.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço muito o Deputado Luiz Alberto.

Ele pode ser locutor de rádio, portanto, eu requeiro que as próximas leituras sejam feitas pelo Deputado Luiz Alberto porque foi feita de maneira audível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa atende plenamente a solicitação de V.Exa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu esclareço que como locutor de rádio, nós teríamos pessoas bem mais qualificadas do que eu para fazer a leitura como o Deputado Algaci Túlio, Deputado Lindolfo, Deputado Ferrari, Deputado Pirajá Ferreira, Deputado Alborghetti, que têm vozes melhores, mas vou tentar, nobre Deputado.

O SR. 2º SECRETÁRIO - (Lê emenda do Depu-

tado Nereu Carlos Massignan).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda. REJEITADA.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. (Pausa). Dezesete (17) aprovam e vinte (20) rejeitam. Está REJEITADA A EMENDA.

Emenda nº 09 - Emenda Aditiva.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lê Emenda Aditiva nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda. REJEITADA.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - REJEITADA. Vai se proceder à verificação de votação. (Pausa). Dezesete (17) aprovam. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. (Pausa). Vinte (20) rejeitam. REJEITADA a emenda.

Emenda nº 11.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Alberto Oliveira) - (Lê a Emenda nº 11).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Rejeitada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 02/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que objetiva reajustar, a partir de 1º de janeiro de 1990, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em nº de 07 (sete) de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 02/90

O Art. 4º do Projeto de Lei nº 002/90, passa a ter a seguinte Redação:

Art. 4º - Mantida a data base do reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores do Quadro da Procuradoria-



Curitiba, quinta, em 11.01.90

-Geral de Justiça e do Quadro regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, durante o exercício de 1990, serão reajustados mensalmente, a partir de fevereiro de 1990, pelo Índice Pleno do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês anterior.

Art. 5º - .....

Sala das Sessões, em 10.01.90

(a) PEDRO TONELLI

Apoio: Raul Lopes.

Ferrari Júnior.

Valderi Mendes Vilela.

Luiz Alberto Oliveira.

Paulino José Delazeri.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

AO PROJETO DE LEI Nº 02/90

Acrescenta artigo ao Projeto de Lei nº 002/90:

Art. ...- Os vencimentos dos servidores do Quadro da Procuradoria-Geral de Justiça e do Quadro regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, serão pagos em duas parcelas de igual valor, das seguinte forma:

- PRIMEIRA PARCELA: a ser paga até o dia 15 do mês;

- SEGUNDA PARCELA: a ser paga até o dia 30 do mês vencido.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os valores serão corrigidos, se tais prazos forem ultrapassados.

Sala das Sessões, em 10.01.90

(a) PEDRO TONELLI

Apoio: Raul Lopes.

Paulino José Delazeri.

Ferrari Júnior.

Luiz Alberto Oliveira.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

AO PROJETO DE LEI Nº 02/90

"Art. - A remuneração mensal dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça do Estado não poderá exceder o limite decorrente da Lei nº 9.105, de 23 de outubro de 1989, alterada pelo art. 3º da Lei nº 9.161, de 20 de dezembro de 1989".

Sala das Sessões, em 10.01.90

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Apoio: Tadeu Lúcio Machado.

Nereu Carlos Massignan.

Ferrari Júnior.

Nelson Vasconcellos.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04

AO PROJETO DE LEI Nº 02/90

Substitua-se os itens 1 a 6 e § 1º do art. 4º, pelo seguinte, mantendo-se o "caput" e demais parágrafos:

Art. 4º - ...

1 - Nos meses de fevereiro, março, maio, junho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 1.990, sempre que a variação do IPC verificada no mês anterior for superior a 5%, os estipêndios de que trata este artigo serão reajustados pelo percentual correspondente a este excedente.

2 - Nos meses de abril, julho e outubro de 1.990, os estipêndios serão reajustados em percentual igual à variação acumulada do IPC verificada nos 3 (três) meses anteriores, deduzidas as antecipações a que se refere o item anterior.

Parágrafo 1º - No mês de janeiro de 1.991 será feita a reposição residual dos meses de outubro a dezembro de 1.990, independentemente de outros reajustes decorrentes das alterações procedidas na data-base.

Sala das Sessões, em 11.01.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoio: David Cheriegate.

Ferrari Júnior.

Raul Lopes.

Luiz Antonio Setti.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

AO PROJETO DE LEI Nº 02/90

Dê-se nova redação ao artigo 4º do Projeto de Lei nº 002/90, nos seguintes termos:

"Art. 4º - Mantida a data base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores do Quadro da Procuradoria-Geral de Justiça e do Quadro regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, durante o exercício de 1990, serão reajustados mensalmente, a partir de fevereiro de 1990 pelo índice do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), verificado no mês anterior."

Sala das Sessões, em 11.01.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Nelson Vasconcellos.

Paulino José Delazeri.

Tadeu Lúcio Machado.

Raul Lopes.

José Rogério Carvalho.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

AO PROJETO DE LEI Nº 02/90

Dê-se nova redação a alínea 1 do art. 4º do Projeto de Lei nº 002/90, nos seguintes termos:

"Art. 4º -

1 - O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês de janeiro de 1990, será aplicado integralmente no mês de fevereiro."

Sala das Sessões, em 11.01.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoio: Nelson Vasconcellos.

Paulino José Delazeri.

Raul Lopes.

José Rogério Carvalho.

Haroldo Rodrigues Ferreira.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 07  
AO PROJETO DE LEI N° 02/90

Que o artigo 4° do Projeto de Lei n° 002/90, passe a vigorar na seguinte redação:

Art. 4° - A remuneração ou salário dos servidores do Quadro da Procuradoria-Geral de Justiça e do Quadro regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, durante o exercício de 1990, serão corrigidos, mensalmente, a partir de fevereiro de 1990, pelos índices integrais do IPC verificado no mês imediatamente anterior.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Raul Lopes.

Lindolfo Júnior.

Haroldo Rodrigues Ferreira.

Nereu Carlos Massignan.

Em votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E as outras emendas?

Senhor Presidente, tem uma emenda minha que também trata do piso, que é 2 salários-mínimos e meio, não inferior a 2 e meio. Esta não foi votada.

O SR. 2° SECRETÁRIO (Luiz Alberto Oliveira) - Não. Não foi. V.Exa tem razão. Foi um equívoco da minha parte. Eu havia dito que foi votada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A que foi votada fixa valores.

O SR. 2° SECRETÁRIO (Luiz Alberto Oliveira) - A emenda de V.Exa é essa: "O piso salarial do Magistério não poderá ser inferior a 2,5 salários mínimos, mantidos os percentuais que estruturam as tabelas que constituem o anexo único relativos ao Magistério, tabelas IV, V e VII".

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas, nobre Secretário, nós votamos uma outra porque eu tenho duas emendas sobre piso: uma sobre valores e outra fazendo referências a salários. A que foi votada é essa aqui: "o piso salarial para o Magistério fica fixado em NCz\$ 3.209,87". Agora essa emenda que V.Exa acabou de ler não foi votada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ela vai ser votada agora. E emenda está em votação. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Como se observa e eu tenho votado parece-me que em quase todas as emendas até agora colocadas em votação. E a minha intenção é de votar contra todas as

que serão colocadas posteriormente em votação, todas que dizem respeito às mensagens, sobre vencimentos e remunerações do funcionalismo público.

Por quê, Senhor Presidente? E até a propósito de uma nota que a APP fez publicar nos jornais, na imprensa do Paraná inteiro dando os nomes - a Presidenta Professora Izolda subscreveu a nota - e foi publicada amplamente nos jornais, na imprensa do Paraná, relacionando os nomes dos Deputados que haviam votado contra a concessão de um abono, de um auxílio que recentemente este Deputado votou com outros tantos, negando a uma emenda de um Deputado não sei qual que foi apresentada em favor também do Magistério e que não estava incluída dentre os funcionários, e este Deputado votou contra.

E recebi em função da nota oficial da APP, como outros tantos Deputados devem ter recebido, cartas dos mais diversos lugares do Paraná dizendo do meu voto e repudiando o meu voto, como V.Exa e por que teria votado. E voto agora novamente contra várias emendas a exemplo desta do Deputado Nereu Massignan que está no exercício pleno das suas atribuições e que subscreve emenda que ele acha que deveria fazê-lo e faz, como tantas outras que votamos contra e que vou votar como votei há pouco a emenda do Deputado Caíto Quintana sobre Projeto de interesse dos procuradores porque eliminava a carga horária e também tornava insubsistente ou desfazia o teto de vencimentos, ou redutor que se chame, e votei também na presença dos Senhores procuradores porque era a minha consciência. E voto agora essas emendas todas simpáticas ao Magistério, aos demais segmentos de classe dos funcionários públicos com a minha consciência, e não é orientação de bancada, embora ela esteja votando como eu, e nem por solicitação pura e simples do Líder do Governo. Mas eu entendo, Srs. Deputados, que o Estado não tem condições de pagar valores diferentes, e mais do que isso: esta Casa não tem conhecimento, esta Casa não sabe os números da receita do Estado, do que paga o Estado. Então a culpa é do Legislativo? Eu não sei. Mas, não estamos informados e eu não posso votar irresponsavelmente para ser agradável a professores, advogados ou procuradores, ou quem quer que seja. Estou aqui a 5 legislaturas, voto com a minha consciência.

Por isso, Sr. Presidente, é por entender assim, esta Casa não pode e por isso foi necessário que o entendimento de suspender-se aqui a sessão e nos reunirmos depois de alguns minutos com a presença inclusive, de Secretários de Estado, para informar a esta Casa, aos Srs. Deputados do alcance da Mensagem, da repercussão da

Curitiba, quinta, em 11.01.90

Mensagem em relação aos vencimentos e à despesa do Estado. Nós somos Deputados dos professores, dos advogados, dos funcionários públicos, daqueles que moram às margens do Rio Paraná com as enchentes ameaçando até a criação: gados, plantações; somos e sou Deputado do Paraná com a responsabilidade pelo Estado do Paraná e em nenhum instante levantei meu voto ou minha voz nos 20 anos, contra o professor, ao contrário, estou aqui e sempre estive para votar em qualquer ponto a favor dessa classe que dispensa qualquer palavra de elogio, porque sabemos da importância do magistério, da educação no Brasil não aqui no Paraná. Mas, que seja conseqüente, que a Mensagem, que a propositura tenha convencimento, que nós saibamos que o erário público vai suportar, daí eu farei também, para votar Mensagem do Sr. Governador ou emenda aqui apresentada por colegas, mas que me convençam, que me convençam!

Por isso Sr. Presidente, essa declaração de voto foi uma oportunidade para mim, muito feliz, porque inclusive está presente aqui a Sra. Presidenta da APP e alguns professores, que ao conhecerem o meu voto, discordam dele. Mas esse é o ônus do meu mandato e estou aqui para cumpri-lo como sempre fiz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Nereu Massignan, para encaminhamento de voto.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente. Eu não pretendia fazer, mas em razão das palavras do Deputado Basílio que coloca algumas coisas procedentes, a não informação quanto à situação econômica do Estado; os dados de arrecadação do tesouro. Mas, se nós nos conformamos com isso, por não termos a informação e isso o pecado cabe ao governo que não traz junto a situação financeira do Estado, apenas anuncia pelos corredores quando a gente conversa com alguém do governo que diz: "olha, vai faltar dinheiro para pagar o mês de fevereiro, mas veio o aumento de 293% ! Pelo desconhecimento, Deputado Basílio Zanusso, nós nem poderíamos votar o Projeto. Agora, quando V.Exa. fala, coloca essas preocupações, eu me louvo das palavras do Governador Álvaro Dias, é a palavra mais acreditada que nós temos, que eu disse agora há pouco na tribuna e vou repetir a V.Exa. e à bancada do PMDB: se há falta de dinheiro no tesouro que o governo providencie para que haja mais através da competente arrecadação. A escusa da falta de recursos para negar o aumento do funcionalismo, não convence, pois a anistia e a sonegação são males que poderiam ser evitados.

Ora, o Governador Álvaro Dias está há 3 anos e meio no governo, é evidente que não houve uma proposta de anistia mas alguns benefícios fiscais foram concedidos, porém, quando ele diz que a sonegação pode ser eliminada, ele teve 3 anos e meio de oportunidade para fazer isto.

Ora, se o Governador afirmou isto com tanta convicção, no dia 02 de outubro de 86, 43 dias antes da eleição, e que já se projetava como vencedor - que as pesquisas assim indicavam -, esta convicção, no meu entendimento, se transformou em verdade. Ele combateu a sonegação, ele não deu anistia fiscal, então há condições de ele fazer, reparar inclusive, a injustiça que se fez com o Magistério que perdeu, tinha três salários-mínimos de teto. Nós estamos propondo dois salários-mínimos e meio... que não é proposta do Nereu Massignan, muito menos da bancada do PSDB, ou dos Deputados da Oposição, que já votaram a favor dela. Mas, sim, proposta do Governador Álvaro Dias.

Mas, meu Deus do céu, o que está acontecendo? Será que estamos falando para japoneses? Estou usando os argumentos do Governador!

Dizia-me o Deputado agora que este piso de dois salários-mínimos e meio está concedido na mensagem, porque o valor inicial é dois e meio, e a regência de classe é 700, que dá os três e duzentos que correspondem aos dois salários-mínimos e meio. Ora, isto é escamotear a verdade! O piso não tem nada que ver com regência. Porque nem todos os professores têm regência de classe, mas todos os professores têm direito ao piso.

Vamos resgatar esta proposta do Governador Álvaro Dias, que se prepara, com o apoio de todos os Prefeitos, vários, todos do PMDB, ou a grande maioria, que está voando pelo Paraná, colhendo solidariedade pela sua candidatura ao Senado. Vamos fazer que o Governador Álvaro Dias não passe vergonha na campanha e tenha que ser cobrado desse compromisso de dois salários-mínimos e meio, que é dele. Não é do Deputado Nereu, repito. A mim ninguém tem nada que cobrar desta proposta. Nós temos que cobrar coerência deste homem que traz o avião cheio de cartas, telegramas, abraços, solidariedade, encontros, discursos, os mais exaltados. Não. Não vamos deixar o Governador numa situação difícil. Ele, e os seus Prefeitos que o apoiam, de ter de ser cobrado. Nas futuras viagens de avião, já como candidato, em cada núcleo, em cada escola, de cada aluno, de cada pai de aluno, de cada servente, por que não?, de cada professor, de cada pai de professor, de cada filho de professor, de cada neto de professor, do amigo do professor, do irmão do professor, do companheiro do professor,

do professor sindicalista, do professor aposentado, do professor em atividade, do professor regente, do professor não regente... Vamos prestar este serviço ao Governador, que é candidato.

Por esta razão este meu empenho entusiasmado para repor o piso de dois salários-mínimos e meio, proposta do Governador Álvaro Dias, candidato ao Senado. Não deixemos que o Governador passe vergonha na campanha, de ter que explicar o inexplicável, que é a sua incoerência, se isto não for aprovado e não vetado pelo Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda está em votação. Rejeitada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Justificativa de voto, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Após, Vossa Excelência fará a justificativa.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Dezesseis (16) aprovam a emenda. Os Senhores Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. Vinte (20). Como vota o Deputado Neivo Beraldin? Vinte e um (21). Rejeitada a emenda.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Fiquei em dúvida e gostaria de saber imensamente, se fosse possível, como votou o Deputado Werner Wanderer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deve perguntar a ele.

O SR. PEDRO TONELLI - Como votou, Deputado Werner Wanderer?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Vossa Excelência gostaria de fazer declaração de voto, Deputado Werner Wanderer, ou não?

O SR. WERNER WANDERER - A favor da emenda.

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto nº 002/90, do Ministério Público. Em votação o projeto sem prejuízo às emendas. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Em votação, do nobre Deputado Pedro Irno Tonelli. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. Rejeitada.

O SR. PEDRO TONELLI - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Pedro Irno Tonelli, queiram levantar-se. Dezesseis (16).

Os Senhores Deputados que rejeitam a emenda, por favor. Vinte e um (21).

Rejeitada a emenda.

Do Deputado Lauro Lobo Alcantara. Emenda nº 003.

(O Senhor Presidente lê a referida emenda.)

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Lindolfo Júnior, emenda nº 004.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Gostaria que fosse lida a emenda, Senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (O Senhor Secretário procede à leitura da referida emenda e a mesma encontra-se em anexo no final dos trabalhos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda do Deputado Lindolfo Júnior. Os Senhores Deputados que a aprovam, conservem-se como estão.

Rejeitada.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Dezesseis (16) Deputados aprovam a emenda. Os Senhores Deputados que...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti acaba de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dezessete (17) Senhores Deputados. Os Senhores Deputados que a rejeitam.

Vinte e um (21) Senhores Deputados rejeitam. Rejeitada a emenda.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Para justificar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu lamento que mais uma vez, a bancada do PMDB não tenha se sensibilizado, ao lado da Aliança Democrática. Recordo-me, Senhor Presidente, de quando ainda no PFL, elegemos o Deputado Basílio Zanusso para a Liderança do PFL, era uma oposição sistemática, dura contra o Governo do Estado, hoje, de repente, a bancada do PFL vota favorável ao Governo. Eu, sim, estive no PFL, votei sempre com a nossa consciência. Estivemos no PMDB e vo-

tava às vezes, muitas vezes, a grande maioria das vezes contra a maioria dos Senhores Deputados, o que ocasionou até a tentativa de violência do desligamento do nosso nome da Bancada.

Apenas para encerrar, Senhor Presidente, eu apenas gostaria de levantar...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está sendo tolerante com Vossa Excelência...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu gostaria de fazer uma comunicação. Na mensagem, o Governador diz através da imprensa, em valores de um bilhão, setecentos e cinquenta milhões. Um bilhão e seiscentos milhões e da Mensagem nós temos novecentos e noventa e cinco milhões.

Alguma coisa acontece, é exato, Vossa Excelência tem razão, Deputado Nereu, nós não sabemos o que acontece, infelizmente não existe transparência, nós sempre apoiaremos as medidas acertadas do Governo, mas sempre nos reservaremos o direito de votarmos contra as medidas que considerarmos injustas para a sociedade paranaense e para o funcionalismo público. Por isso, nosso voto é favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda do Deputado Nereu Massignan será lida pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Lê a emenda): "Dê-se nova redação..."

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - É só para registrar a presença da vice-Prefeita de Toledo, que nós dá a honra de frequentar as nossas galerias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A vice-Prefeita está convidada a descer e a ocupar o lugar de honra aqui nessa Casa.

Em votação a emenda. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

Emenda do Deputado Nereu Massignan: "O IPC verificado no mês de janeiro de 1990, será aplicado integralmente no mês de fevereiro." Em votação a emenda. Rejeitada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, foi aprovada porque levantou e eu vi vários Deputados sentados, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Nereu Massignan, queiram levantar-se.

Quinze (15) Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que a rejeitam,

queiram levantar-se.

Vinte e dois (22) Senhores Deputados. Rejeitada a emenda.

Deputado Algaci Túlio, "a remuneração, o salário do servidor e do quadro da Procuradoria da Justiça..." (Procede à referida leitura da emenda). Em votação. Rejeitada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Dezesseis (16) Deputados a aprovam. Vinte e dois (22) a rejeitam. Está rejeitada a emenda.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 03/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 07 (sete), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 003/90

O art. 6º, do Projeto de Lei nº 003/90, passa a ter a seguinte redação:

Art. 8º - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração dos servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas durante o exercício de 1990, serão reajustados mensalmente, a partir de fevereiro de 1990, pelo índice Pleno do IPC (índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês anterior.

Parágrafo Único - O Presidente do Tribunal de Contas fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo e nos demais.

Art. 7º - ...

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento: Raul Lopes, Ferrari Júnior, Paulino José Delazeri, Valderi Mendes Viçela, Algaci Túlio, Luiz Alberto Oliveira.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 003/90

Acrescenta Artigo ao Projeto de Lei nº 003/90:

Art. - Os vencimentos dos Servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas, serão pagos em duas parcelas de igual valor, da seguinte forma:

PRIMEIRA PARCELA: a ser paga até o dia

15 do mês;

SEGUNDA PARCELA: a ser paga até o dia 30 do mês vencido.

Parágrafo Único - Os valores serão corrigidos, se tais prazos forem ultrapassados.

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamto: Raul Lopes, Paulino José Delazeri, Ferrari Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Algaci Túlio.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 03 AO PROJETO DE LEI N° 003/90

"Art. - A remuneração mensal dos servidores do Tribunal de Contas do Estado não poderá exceder o limite decorrente da Lei n° 9.105, de 23 de outubro de 1989, alterada pelo artigo 3° da Lei n° 9.161, de 20 de dezembro de 1989."

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Apoiamto: Tadeu Lúcio Machado, Nereu Carlos Massignan, Ferrari Júnior, Nelson Vasconcellos.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 04 AO PROJETO DE LEI N° 03/90

Substitua-se os itens 1 a 6 e o § 1° do artigo 6°, mantendo-se o "caput" e demais parágrafos, como segue:

Art. 6° - ...

1 - Nos meses de fevereiro, março, maio, junho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 1990, sempre que a variação do IPC verificada no mês anterior for superior a 5% (cinco por cento), os estipêndios de que trata este artigo serão reajustados pelo percentual correspondente a este excedente.

2 - Nos meses de abril, julho e outubro de 1990, os estipêndios serão reajustados em percentual igual à variação acumulada do IPC verificada nos 3 (três) meses anteriores, deduzidas as antecipações a que se refere o item anterior.

§ 1° - No mês de janeiro de 1991 será feita a reposição residual dos meses de outubro a dezembro de 1990, independentemente de outros reajustes decorrentes de alterações procedidas na data-base.

Sala das Sessões, em 10.01.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoiamto: David Cheriegate, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado, Luiz Antonio Setti.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 05 AO PROJETO DE LEI N° 03/90

Dê-se nova redação ao artigo 6° do Projeto de Lei n° 003/90, nos seguintes termos:

"Art. 6° - Mantida a data-base de rea-

Curitiba, quinta, em 11.01.90

juste anual, a remuneração dos servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas durante o exercício de 1990, serão reajustados mensalmente, a partir de fevereiro de 1990, pelo Índice Pleno do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês anterior.

Parágrafo Único - O Presidente do Tribunal de Contas fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo e nos demais.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, Paulino José Delazeri, Ferrari Júnior, Raul Lopes, José Rogério Carvalho e Algaci Túlio.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 06 AO PROJETO DE LEI N° 03/90

Dê-se nova redação a alínea 1 do art. 6° do Projeto de Lei n° 003/90, nos seguintes termos:

"Art. 6° - ...

1 - O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês de janeiro de 1990, será aplicado integralmente no mês de fevereiro."

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamto: Nelson Vasconcellos, Paulino José Delazeri, Ferrari Júnior, Raul Lopes, José Rogério Carvalho, Algaci Túlio.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 07 AO PROJETO DE LEI N° 03/90

Que o art. 6° passe a vigorar na seguinte redação:

Art. 6° - A remuneração ou salário dos servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas, durante o exercício de 1990, serão corrigidos, mensalmente, a partir de fevereiro de 1990, pelos índices integrais do IPC, verificado no mês imediatamente anterior.

Parágrafo Único - O Presidente do Tribunal de Contas do Estado fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento fiel do disposto neste artigo.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamto: Ferrari Júnior, Nereu Carlos Massignan, Raul Lopes, Lindolfo Júnior.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado.

A emenda n° 01, do Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência quer que eu leia ou prefere...

O SR. PEDRO TONELLI - Vamos tentar mais uma vez. Eu prefiro que Vossa Exce-



lência leia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou ler e vou ter o cuidado para que as minhas palavras sejam ouvidas por Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - A Liderança do PT agradece muito este esforço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê a emenda n° 01, de autoria do Deputado Pedro Tonelli, ao Projeto de Lei n° 03/90).

Em votação a emenda. Rejeitada.

(Lê a Emenda n° 02 do Deputado Pedro Tonelli, ao Projeto de Lei n° 03/90).

Em votação a emenda...

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É declaração de voto.

O SR. PEDRO TONELLI - Não, é para encaminhar. Não foi votada, ainda.  
Eu quero encaminhar a minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas, Vossa Excelência na sua declaração de voto pelo poder de síntese que Vossa Excelência tem, nós ouviremos com muita atenção.

O SR. PEDRO TONELLI - O meu voto é favorável, é claro, para justificar a minha emenda e conquistar os votos dos nobres Pares que compõem este Parlamento. Porque eu não tenho dúvida nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não tenho dúvida de que Vossa Excelência vai convencer, principalmente a Bancada aqui ao lado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu acho que eu vou convencer a Bancada.

Porque a emenda que eu apresentei, aliás são quatro emendas com o mesmo teor, aos quatro projetos que compõem a política salarial para 1.990: Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas.

Eu estou propondo, Senhores Deputados e Senhor Presidente, o pagamento dos salários, quinzenal. A metade do salário até o dia 15 e a outra metade até o dia 30. E estou querendo, também, que se cumpra a Constituição do Estado, que diz que se atrasar um dia, terá que ser pago de acordo com a BTNF, o reajuste diário, a correção diária do salário, aquele que pagar atrasado.

Se nós formos ver a política aí fora,

onde a gente compra a comida, o tecido; onde a gente compra os produtos, onde a gente gasta o nosso salário, evidentemente nós iremos perceber que lá os aumentos são semanais, quinzenais, diários. É betenizado, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Então, é mais do que justa esta medida, porque ela adapta a política salarial, no Estado do Paraná, de acordo com a política geral estabelecida por Sua Excelência o Presidente José Sarney, que é do Partido do Deputado Caíto Quintana, que é da Bancada Majoritária, que é do Governo Álvaro Dias. É ele quem estabelece estas regras para o País. Espero que agora, com o Colador de Mello, isso mude. Apesar de que eu não acredito muito. Mas, a política do Paraná tem que se adaptar às regras gerais, às regras da política do Governo Federal, que está impondo normas para o País. Então, o pagamento quinzenal é atrasado em relação ao que já está ocorrendo em muitas empresas, que para os seus funcionários, o pagamento está sendo semanal.

No dia em que a inflação for zero, é óbvio que isso não vai alterar em nada. O pagamento mensal, trimestral. Mas com uma inflação de 60%, 70% ao mês é um desgaste de 3% ao dia.

E digo mais, Senhores Deputados. E quero falar especialmente aos Senhores Deputados e quero que me ouçam.

Nós os Deputados recebemos o vencimento total no dia 15. Nós recebemos até o dia 15 todos os nossos ganhos, nossos vencimentos. O que nós estamos usando para nós, porque não vamos adotar para o resto do funcionalismo? A metade disso. Então, nós deveríamos abrir mão e aprovarmos aqui que os Deputados do Estado do Paraná vão receber os vencimentos no dia 5 do mês seguinte como aconteceu com os funcionários do Paraná no último mês. Então, Senhores Deputados é o apelo que faço, do pagamento quinzenal. A metade do salário até o dia 15 e a outra metade até o dia 30. É uma proposta atrasada em relação à política econômica que vivemos hoje no País, mas mais justa do que a que está sendo praticada e daquela que está sendo proposta na mensagem do Senhor Governador.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, espero tê-los convencido e espero que a gente aprove o pagamento quinzenal para o funcionário público. Para os Deputados não precisa porque os Deputados já estão pagando. Já estamos recebendo. Até o dia 15 recebemos tudo. Então, vamos dar pelo menos a metade para o funcionalismo público até o dia 15.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) -  
Senhor Presidente, serei breve.  
Queria fazer uma declaração de voto

quando o Deputado Nereu fez seu encaminhamento, mas preferi não fazê-lo, nem citar a indagação da questão da vinculação salarial, Deputado Nereu, proibido constitucionalmente hoje, nem isso, os tetos vinculados que a Constituição proíbe.

Mas, queria me referir apenas para resgatar algumas verdades, porque esta Assembléia já sofreu tanto, sofre tanto na visão de fora, daquilo que acontece aqui dentro, que meias verdades não se pode aceitar.

O Deputado Pedro Tonelli fala aqui, com total liberdade de registro da imprensa, com as galerias que estão presentes, que os Deputados ganham no dia 15, como se isso fosse antecipação. Mas esquece nobre Deputado, de dizer que só vai receber de novo no dia 15 do outro mês. Portanto, é pagamento mensal. E existem servidores públicos que recebem no dia primeiro, dia 2, dia 3. Agora, constitucionalmente, até o dia 30, mas haverá obviamente então funcionários recebendo dia 27, 28, 29, porque há um escalonamento no vencimento. Mas é mensal. Tanto faz receber no dia 6 e depois no dia 6 de novo; ou no dia 15 depois no dia 15 de novo. É salário mensal.

Em segundo lugar, tenho que chamar a atenção a alguma coisa.

Existem propostas que eu concordo com elas. Concordaria com a sua proposta, Deputado Pedro Tonelli. Concordaria. Acho que a defasagem salarial é o que mais arrebenta com o nosso trabalhador, seja ele da iniciativa privada ou pública. Mas há uma grande diferença.

A iniciativa privada, quando ela negocia num dissídio coletivo com seu trabalhador pagamento mensal, quando chegar num balcão para comprar este copo, eu pago este copo hoje e o dinheiro entra no caixa da firma; quando eu compro esta folha, eu pago esta folha hoje e o dinheiro entra no caixa da firma. Se a firma quiser pagar semanalmente, ela tem caixa semanalmente.

O que acontece com o Poder Público?

O Poder Público paga o seu funcionário com imposto chamado Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, chama-se agora. Esse imposto retorna aos cofres do Estado 30 dias depois. O governo tem mandado mensagens, inclusive antipáticas ao empresariado do Paraná reduzindo o prazo de pagamento do ICM, exatamente para poder fazer uma composição de caixa.

Agora eu lhe pergunto: se nós aprovássemos essa emenda agora de pagamento quinzenal, chega no dia 15 do mês e não houve nenhum recolhimento aos cofres do Estado do imposto do ICM gerado durante o mês de janeiro. Com que recurso o Estado vai pagar?

Com recurso do investimento? Vai pagar com recurso da escola, recurso do imposto

Curitiba, quinta, em 11.01.90

de saúde; recurso da conservação do solo?

Não tem jeito. Eu concordo plenamente com isso. Quando há disponibilidade de caixa para fazê-lo, porque eu ouvi atentamente uma colocação do Deputado Basílio Zanusso, que ela se torna importante para nossa coragem de votar.

Nós estamos votando, neste instante, vencimentos, cargos e salários dos servidores públicos do Estado do Paraná, é uma categoria de paranaenses, nós temos milhões de paranaenses que trabalham, que produzem, que pagam impostos, que geram riquezas, que geram empregos e que são os responsáveis diretos por este dinheiro que gira dentro do Estado, e esses nossos trabalhadores, Deputado Pedro Tonelli, os agricultores que perderam 5, 6 safras, que estão perdendo de novo, por causa da chuva, que precisam de recursos do Governo do Estado, para poder fazer frente às necessidades que têm! Esses trabalhadores também são paranaenses, esses trabalhadores também produzem riquezas, e esses trabalhadores também, por certo, não aplaudiriam aqui desta tribuna, se nós fôssemos inconseqüentes de comprometer todo o orçamento do Estado do Paraná para pagar somente a folha de pagamento de seus servidores! Não existe como!

Ou nós defendemos o interesse geral do Paraná, procurando, gradativamente dar ganhos reais, procurando uma política salarial também gradativa, que pode não ser a melhor, mas que está propondo o zeramento do IPC, trimestralmente, quando, no ano passado, a política era de zeramento de IPC anual. E é por isso que nós ficamos com 292 de perda salarial, neste ano. No ano que vem, e eu faço uma réplica aqui, a não ser que a inflação estoure para 200%, se ela se mantiver no patamar de 40%, 50%, nós não estaremos, no ano que vem votando reposição maior que 40%, porque a cada trimestre ela estará zerada!

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, para resgatar essas colocações que não são a verdade plena, para não pairar a dúvida de que o fato de que receber salário dia 15 signifique que se recebe duas vezes por mês, porque de 15 a 15 dá 30 dias, e de 30 a 30 dá 30 dias também, então a verdade tem que ser colocada na sua plenitude, e esta Assembléia tem que ter coragem de mostrar que não está votando por vontade de soberano nenhum, está votando com a sua consciência de representante do povo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu confesso ao douto Plenário que a argumentação do Deputado Pedro Tonelli me convenceu. Se eu tiver condição de dar o voto de Minerva, eu darei com a emenda do Deputado

Pedro Tonelli.

Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Pedro Tonelli, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Pedro Tonelli, queiram levantar-se.

18 Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Rejeitada.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Para justificar) - Senhor Presidente, eu não poderia deixar de registrar que o que o Deputado Relator da Constituinte diz, que vai zerar trimestralmente, não é verdade. Ele faltou com a verdade. Eu acho que nós precisamos falar a verdade!

Aqui existem Deputados preparados. Deputados que sabem ler, Deputados que sabem escrever, Deputados que têm assessoria, Deputados que sabem analisar um Projeto onde o Governador diz que paga 25% da reposição na metade do ano, paga em abril 25%, e paga os outros 50% em janeiro do ano que vem. Isso é uma inverdade...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Isso é matéria vencida.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu quero convidar o Deputado Lindolfo Júnior para discutirmos pessoalmente, ele está mal informado sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Lauro Lobo Alcantara, referente à "remuneração mensal dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado não poderá exceder o limite decorrente da Lei 9.105, de 23 de outubro". Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

Deputado Lindolfo Júnior, "nos meses de fevereiro, março, maio, junho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 1990, sempre que a variação do IPC verificada no mês anterior for superior a 5%, os estímulos de que trata este artigo serão reajustados pelo percentual correspondente a este excedente".

Em votação a emenda. Senhores Deputados que aprovam a emenda do Deputado Lindolfo Júnior. Está rejeitada a emenda.

(Lê a emenda do Deputado Nereu Massignan). "Emenda Aditiva ao Projeto de Lei 003/90: Dê-se nova redação ao artigo 6º do Projeto de Lei 03/90, nos seguintes termos:" (Lê a emenda).

Em votação a emenda. Senhores Deputa-

dos que aprovam a emenda queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

Emenda do Deputado Nereu Massignan. "O IPC verificado no mês de janeiro será aplicado integralmente no mês de fevereiro."

Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. Rejeitada.

Emenda do Deputado Algaci Túlio. (Lê a emenda): "A remuneração ou salário dos servidores..."

Em votação a emenda. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Rejeitada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 04/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre o reajuste dos servidores do Poder Judiciário e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em nº de 02 (duas), de autoria dos Senhores Deputados Pedro Tonelli e Lauro Lobo Alcantara, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 004/90

Acrescenta Artigo ao Projeto de Lei nº 004/90:

Art. - Os vencimentos dos cargos efetivos e funções gratificadas do Poder Judiciário, serão pagos em duas parcelas de igual valor, da seguinte forma:

PRIMEIRA PARCELA: a ser paga até o dia 15 do mês;

SEGUNDA PARCELA: a ser paga até o dia 30 do mês vencido.

Parágrafo Único - Os valores serão corrigidos, se tais prazos forem ultrapassados.

Sala das Sessões, em 10.01.90.  
(a) PEDRO TONELLI  
Apoio: Raul Lopes, Paulino José Delazeri, Ferrari Júnior, Luiz Alberto Oliveira.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 004/90

"Art. - A remuneração mensal dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais e Justiça e de Alcaldia não poderá exceder o limite decorrente da Lei nº 9.105, de 23 de outubro de 1989, alterada pelo artigo 3º da Lei nº 9.161, de 20 de dezembro de 1989."

Sala das Sessões, em 10.01.90.  
(a) LAURO LOBO ALCANTARA  
Apoio: Tadeu Lúcio Machado, Nereu Carlos Massignan, Ferrari Júnior, Nelson

Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão, sem prejuízo das emendas apresentadas.

Deputado Pedro Tonelli, "os vencimentos dos cargos efetivos e funções gratificadas do Poder Judiciário serão pagos em duas parcelas de igual valor. Primeira parcela a ser paga em 15 do mês seguinte e a segunda a ser paga no dia 30."

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É processo de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu quero encaminhar a votação, exatamente por isso que eu estou pedindo para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está com a palavra para fazer uma brilhante declaração de voto.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - O meu voto é a favor, Senhor Presidente. Eu quero, a bem da verdade, já que o Deputado Caíto Quintana disse que a gente tem que prezar pela verdade neste Parlamento, apesar que a gente ouve muitas inverdades, eu quero também prezar pela verdade. Então, em nome da verdade eu quero dizer aqui o seguinte: que o que ele disse é uma inverdade, quando ele se referia a interpretação que ele deu aos vencimentos dos Parlamentares. Nós recebemos dia 15 e o próximo é dia 15, só que nós recebemos antecipado, isso que ele negou, nós recebemos antecipado, a diferença dos funcionários públicos...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Pedro Tonelli solicitou a palavra para fazer uma declaração de voto sobre a matéria em questão, em votação; e ele está discorrendo sobre matéria vencida. Então, eu solicito a Vossa Excelência que peça ao Deputado Pedro Tonelli que ele se atenha a matéria em votação ou que Vossa Excelência casse a palavra do ilustre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não pode cassar a palavra do Deputado Pedro Tonelli, porque a sua palavra é uma sinfonia. Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Eu solicito também que o Deputado, Líder do Governo, pare de atrapalhar o meu pronunciamento que eu estou fazendo neste momento. Então, eu estava dizendo aos nobres Pares que compõem este Parlamento que os

números estão mostrando a inverdade dita pelo representante do PMDB, Deputado Caíto Quintana. Essa reposição salarial dos nobres funcionários públicos, certamente eles receberão o primeiro pagamento no dia 05, se Sua Excelência, o Governador, não mudar a postura, cinco do mês que vem, eles vão ser atingidos por essa Lei que nós estamos aprovando hoje.

Agora, o nobre Deputado Caíto Quintana, bem como este Parlamentar e todos que aqui estão, eles, na segunda-feira certamente, se valer as palavras, que eu acredito, de sua Excelência, o 1º Secretário, na imprensa de hoje, já terão aplicado ao reajuste, com objeto, com base na nova Constituição do Estado do Paraná, na próxima segunda-feira. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a bem da verdade nós temos que afirmar que o Deputado Caíto Quintana tem que esclarecer mais as suas verdades. A verdade é que a mensalidade adiantada que nós recebemos eu queria que a metade disso para os funcionários públicos, que somente a metade fosse pago até o dia 15.

Então, era isso, Senhor Presidente, era isso, Senhores Deputados, e lamentavelmente nós continuamos afirmando inverdades querendo que fossem verdades. Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Rejeitado.

Questão de ordem, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Baseado nas palavras do Deputado Pedro Tonelli, eu gostaria de fazer uma sugestão à Mesa, de que nós recebêssemos dia 30, porque nós já estamos recebendo com 15 dias de atraso, recebendo dia 15 do mês quando nosso vencimento está com 15 dias atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não foram palavras, Deputado, é uma sinfonia muito agradável.

Emenda do Projeto nº 04/90, do Deputado Lauro Lobo Alcantara.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presidente, a Mesa não pode ficar sem o Senhor 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O que quer Vossa Excelência que eu faça, suspenda a sessão?

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Eu gostaria

que Vossa Excelência convocasse.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Artagão, faça a gentileza.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - O Deputado Lauro já fez a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Luiz Alberto com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. A emenda de autoria do nobre Deputado Lauro traz um vício de inconstitucionalidade. A Constituição Estadual estabelece como matéria privativa do Poder Judiciário estabelecer as regras de remuneração não só dos seus membros do corpo especial mas também dos seus serviços auxiliares. É clara a Constituição Federal quando estabelece competência privativa ao Congresso Nacional de criar e dispor sobre os serviços das suas Secretarias, igualmente o Poder Judiciário pode criar, transformar e estabelecer o vencimento dos respectivos cargos. Em boa hora a Constituição Estadual repetiu o parâmetro da Constituição Federal. E em consequência nós temos votado aqui nesta Casa mensagens do Poder Executivo que estabelecem formas e critérios de remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo. Quando se trata da votação de matérias envolvendo a remuneração dos servidores do Poder Executivo nós precisamos antes de um Projeto de Resolução específico de competência exclusiva da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. Igualmente assim o é com relação ao Poder Judiciário. Trata-se de uma daquelas competências exclusivas do Poder Judiciário que não podem ser alteradas por outro Poder porque senão seria de se imaginar que o Poder Executivo também poderia alterar os valores de remuneração do quadro de servidores deste Poder, o que pela nova Constituição é alguma coisa totalmente absurda.

Assim sendo, e para que esta Assembléia não rasgue a Constituição e vote um projeto de lei amparado na lei e na Carta Magna Estadual é que eu faço um apelo a todos nobres Deputados no sentido de que rejeitemos a emenda do Deputado Lauro, Líder do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. fará justificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem)

- Eu gostaria que a Presidência me informasse o seguinte: foi aprovada emenda redutora para o Poder Legislativo, existe redutor para o Poder Executivo, foi aprovada a emenda de redutor para o Tribunal de Contas, foi aprovada emenda de redutor para a Procuradoria Geral de Justiça, só falta do Tribunal de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Exato.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram conservar-se como estão. APROVADA.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente para justificar.  
(Assentimento).

Não apenas o meu voto, Senhor Presidente, mas a iniciativa do Deputado Lauro Lobo Alcantara.

Esta Assembléia tem que aceitar como iniciativa do Tribunal de Justiça essas matérias, mas este Poder tem todo o direito de apresentar emendas. Porque se assim não fosse, Senhor Presidente, não precisaríamos estar aqui votando matéria no Tribunal de Justiça. Elas poderiam ser enviadas diretamente ao Diário Oficial para serem publicadas.

Então, o Deputado Lauro Lobo Alcantara, usando de dispositivo constitucional legal, dentro do Regimento Interno inclusive, apresentou esta emenda que em bom tempo e em boa hora foi aprovada por esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Última emenda. REJEITADA.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) - Apenas para declarar a fim de que não passe em branco a declaração do nobre Líder do Governo nesta Casa, eu gostaria que S.Exa. antes de analisar a questão desta forma, ele verificasse das competências privativas dos três Poderes.

Existe na Constituição algumas matérias que são de competência exclusiva do Governador, outros de competência exclusiva do Poder Legislativo e outras de competência exclusiva do Poder Judiciário. Assim é e assim é um princípio da democracia.

Se não houver harmonia e independência entre os três Poderes nós, certamente, não chegaremos a viver num Estado democrático, mas sim um principado, onde o Governador Álvaro Dias determine, como quiser, as coisas que aconteçam no "reino do Estado

do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 3147, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3148, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3150, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, e solicito

Curitiba, quinta, em 11.01.90

aos Senhores Deputados que não se ausentem do Plenário, marcando para logo a seguir, conforme requerimento aprovado na presente Sessão, uma Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSAO - dos Projetos de Lei n°s 01, 02, 03 e 04/90.  
do Projeto de Resolução n°01/90.  
e do Projeto de Lei n° 409/89.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 05/90.  
e do Projeto de Resolução n° 02//90.

Levanta-se a sessão.